
RELATÓRIO

Assunto: BALANÇO GERAL DO ESTADO - Exercício 2018

O presente relatório demonstra os resultados alcançados pelo Estado do Amazonas, no exercício de 2018, consolidando as administrações direta e indireta através do BALANÇO GERAL DO ESTADO - BGE, o qual compõe a prestação de contas à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas do Excelentíssimo Governador Amazonino Armando Mendes.

Elaborado em cumprimento aos preceitos constitucionais e legais, visando dar transparência às contas públicas, o BGE atende, entre outras, às seguintes normas: Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, Manual de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Lei Federal Nº 4.320/64 e Lei Complementar Nº 101/2000. Em cumprimento à Constituição do Estado do Amazonas, Art. 54, inciso XVIII, deverá ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas no prazo regulamentar.

1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária do Estado foi amparada na Lei n.º 4.506, de 21 de agosto de 2017, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias – LDO¹, para o exercício de 2018, e na Lei nº. 4.540, de 29 de dezembro de 2017 e Anexos - Lei Orçamentária Anual – LOA², que estimou as receitas e fixou as despesas do Estado em R\$ 15,324 bilhões, sendo R\$ 11,097 bilhões orçamento fiscal, R\$ 4,227 orçamento da seguridade social que somados aos R\$ 144 milhões para investimentos das empresas do Estado perfaz um montante de R\$ 15,468.

¹ Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – É uma lei de iniciativa do Poder Executivo que estabelece as metas e prioridades da administração pública, as projeções de receitas e despesas, os critérios para a distribuição setorial e regional dos recursos para os Órgãos dos Poderes do Estado e Municípios; as diretrizes relativas à política de pessoal; as orientações para a elaboração de LOA; os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado e Municípios; as disposições sobre as alterações na legislação tributária; as políticas de aplicação das agências financeiras de desenvolvimento oficiais, apresentando o plano de prioridades das aplicações financeiras, destacando os projetos de maior relevância social (Constituição Estadual, art. 157, §2º).

² Lei Orçamentária Anual (LOA) – Lei que estima a receita e fixa a despesa para um determinado exercício.

1.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

A receita do orçamento fiscal e da seguridade fiscal do Estado do Amazonas estimada para o exercício de 2018, considerando as orçamentárias e intraorçamentárias foi de R\$15,324 bilhões, já incluindo as deduções para o FUNDEB de R\$ 1,755 bilhão, conforme demonstrado no quadro 01.

A receita tributária bruta estimada para este exercício foi de R\$ 8,952 bilhões, representando 52,42% do montante das receitas, que deduzidas das receitas para compor o FUNDEB de R\$ 1,235 bilhão, atinge uma receita tributária líquida de R\$ 7,717 bilhões.

A receita de transferências corrente bruta estimada para este exercício também teve participação expressiva com R\$ R\$ 4,892 bilhões, representando 28,64% do total das receitas, que deduzida das receitas para compor o FUNDEB, de R\$ 509 milhões, soma uma receita líquida de transferências correntes de R\$ 4,383 bilhões.

Tabela 01
Receita Estimada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

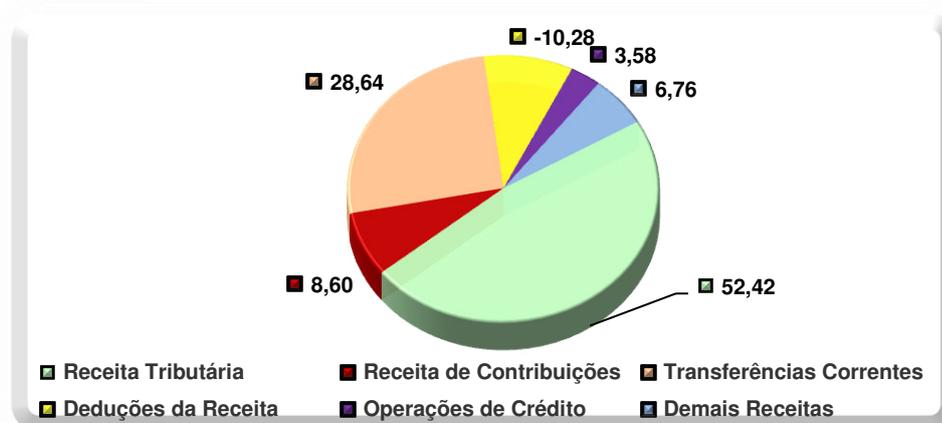
DESCRIÇÃO	RECEITA ESTIMADA	PART. %
RECEITAS CORRENTES	15.821.562	92,63
Receita Tributária	8.952.587	52,42
Receita de Contribuições	1.468.775	8,60
Receita Patrimonial	199.969	1,17
Receita Industrial	2.425	0,01
Receita de Serviços	151.467	0,89
Transferências Correntes	4.892.299	28,64
Outras Receitas Correntes	154.040	0,90
RECEITAS DE CAPITAL	669.927	3,92
Operações de Crédito	611.000	3,58
Alienação de Bens	1.120	0,01
Transferências de Capital	30.533	0,18
Outras Receitas de Capital	27.274	0,16
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	588.529	3,45
Receita de Contribuições	545.810	3,20
Receita Patrimonial	2.086	0,01
Receita Industrial	14.343	0,08
Outras Receitas Correntes	26.290	0,15
RECEITA BRUTA	17.080.018	100,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.755.834)	(10,28)
*RECEITA LÍQUIDA	15.324.184	89,72

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

* A receita líquida não deduz a distribuição de receita com os municípios.

No gráfico 01 são evidenciadas as cinco principais receitas, a dedução para o FUNDEB e as demais receitas.

Gráfico 01
Receita Estimada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social %



1.2 Despesas Orçamentárias e Intraorçamentárias

Em conformidade com o Art. 3º da Lei nº. 4.540, de 29 de dezembro de 2017 – LOA, as despesas do orçamento fiscal e da seguridade social para o exercício de 2018 foram fixadas no valor de R\$ 15,324 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidando os Órgãos dos Poderes Executivo, incluindo a Defensoria Pública, Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e Judiciário, incluindo o Ministério Público.

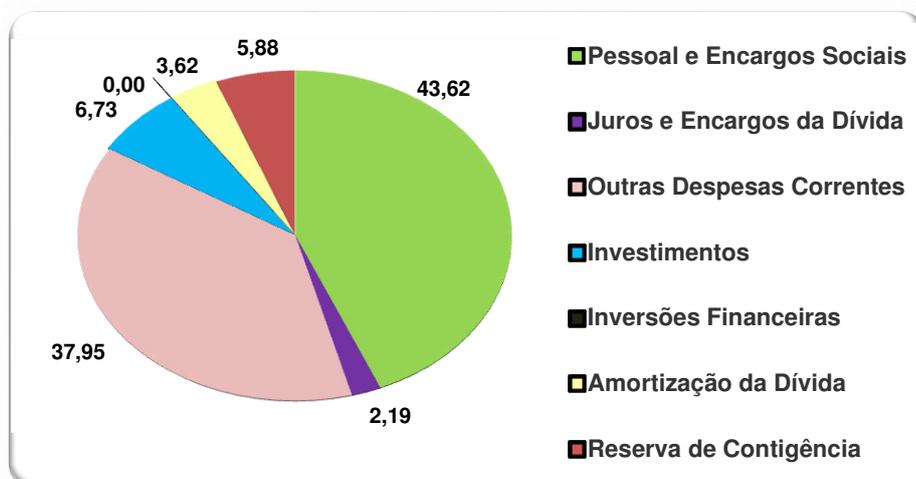
Destaca-se a despesa intraorçamentária modalidade 91 que foi fixada em R\$ 588 milhões, sendo R\$ 540 milhões em Pessoal e Encargos Sociais e R\$ 48 milhões em Outras Despesas Correntes, conforme apresentado na tabela 02 e gráfico 02.

Tabela 02
Despesa Fixada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA FIXADA	R\$ Mil PART. %
DESPESAS CORRENTES	12.835.740	83,76
Pessoal e Encargos Sociais	6.684.085	43,62
d/q modalidade 91	540.684	3,53
Juros e Encargos da Dívida	336.363	2,19
Outras Despesas Correntes	5.815.292	37,95
d/q modalidade 91	47.845	0,31
DESPESAS DE CAPITAL	1.587.225	10,36
Investimentos	1.031.905	6,73
Inversões Financeiras	10	0,00
Amortização da Dívida	555.310	3,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	901.219	5,88
d/q Reserva da Previdência	387.197	2,53
TOTAL DA DESPESA	15.324.184	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI
d/q = das quais

Gráfico 02
Despesa Fixada do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social %



Nota: Considerando as modalidades 91

1.3 Alterações Orçamentárias

No exercício financeiro de 2018, o governo realizou alterações no orçamento inicial, que representaram um acréscimo de 24,17%, conforme demonstrado na tabela 03 a seguir:

Tabela 03
Créditos Iniciais e Adicionais

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	R\$ Mil
1. ORÇAMENTO INICIAL		15.324.184
2. Créditos Adicionais		10.603.500
2.1 Suplementares		10.602.297
2.2 Especiais		1.203
3. Créditos Anulados		6.900.401
3.1 Orçamentários e Suplementares		6.900.401
4. ORÇAMENTO AUTORIZADO (1+2-3)		19.027.283
ACRÉSCIMO EM RELAÇÃO AO INICIAL (%)		24,17

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 04, demonstram-se as alterações orçamentárias por grupo de despesa, evidenciando a variação entre o orçado inicial e o autorizado final. Destacam-se o grupo

Inversões Financeiras, com a variação de 21.947,74% em relação ao crédito inicial, motivada, principalmente, pelo aporte de recursos nas empresas públicas.

Tabela 04
Demonstrativo de Alterações Orçamentárias por Grupo de Despesa **R\$ Mil**

GRUPO DE DESPESA	ORÇAMENTO INICIAL	CRÉDITOS			AUTORIZADO	Var. %
		SUPLEMENTARES	ESPECIAIS	ANULADOS		
DESPESAS CORRENTES	12.835.740	7.523.348	1.203	4.060.279	16.300.011	26,99
1. Pessoal e Encargos	6.684.085	2.142.701	0	997.339	7.829.448	17,14
2. Juros e Encargos da Dívida	336.363	168.171	0	187.097	317.437	(5,63)
3. Outras Despesas Correntes	5.815.292	5.212.475	1.203	2.875.844	8.153.126	40,20
DESPESA DE CAPITAL	1.587.225	2.984.233	0	2.240.030	2.331.428	46,89
4. Investimentos	1.031.905	2.738.327	0	1.929.374	1.840.858	78,39
5. Inversões Financeiras	10	22.205	0	20.010	2.205	21.947,74
6. Amortização da Dívida	555.310	223.701	0	290.646	488.365	(12,06)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	901.219	94.716	0	600.091	395.843	(56,08)
TOTAL	15.324.184	10.602.297	1.203	6.900.401	19.027.283	24,17

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

2 GESTÃO DA RECEITA

2.1 Receitas Orçamentárias e Intraorçamentárias

As receitas são representadas pelos recursos que ingressaram nos cofres públicos pela SEFAZ de forma centralizada e pelos Órgãos, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas dependentes do Governo do Estado.

Em 2018, a receita bruta arrecadada foi de R\$ 19,974 bilhões. Considerando as deduções para o FUNDEB, no montante de R\$ 1,956 bilhão, tem-se uma receita líquida de R\$ 18,018 bilhões que, comparada a receita estimada de R\$ 15,324 bilhões, apresenta um superávit nominal de 17,58%, ou R\$ 2,694 bilhões.

As receitas correntes brutas representam 92,73%, com R\$ 18,522 bilhões, sendo as receitas de origem tributária as mais significativas, com R\$ 10,328 bilhões ou 51,71%. Considerando as deduções do FUNDEB, de R\$ 1,415 bilhão nesta origem, chega-se a uma receita tributária líquida de R\$ 8,913 bilhões.

As transferências correntes brutas também representam valores expressivos, com R\$ 5,427 bilhões ou 27,17%. Considerando as deduções do FUNDEB, de R\$ 530 milhões nesta origem, temos uma receita líquida de R\$ 4,897 bilhões.

Destaca-se o grupo Outras Receitas Correntes, com variação positiva de 268,98% ou R\$ 414 milhões. Este acréscimo refere-se basicamente às receitas de restituições, no valor de R\$ 73 milhões e as receitas de depósitos judiciais – Lei Complementar 151/2015, no valor de R\$ 383 milhões.

As Receitas Intraorçamentárias foram na ordem de R\$ 735 milhões, em atendimento a Portaria Interministerial STN/SOF nº 338, de 26 de abril de 2006, a fim de eliminar a dupla contagem no levantamento dos balanços e demais demonstrações contábeis.

No gráfico 03 e tabela 05 são demonstradas a receita estimada e arrecadada por categoria econômica.

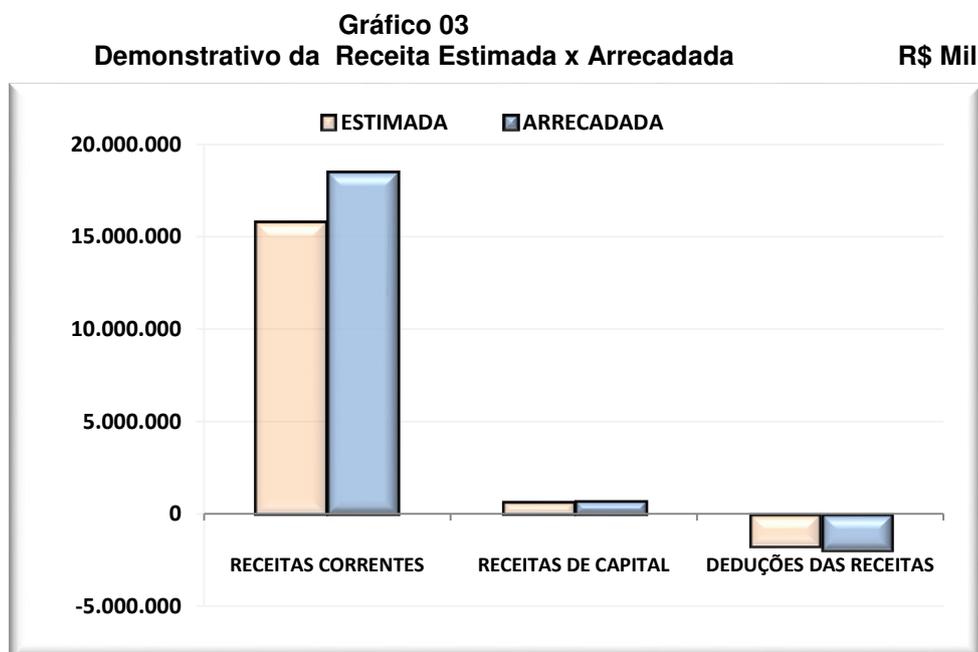


Tabela 05
Execução da Receita por Categoria

CATEGORIA ECONÔMICA/ORIGEM	RECEITA			R\$ Mil	
	ESTIMADA	ARRECADADA	VARIAÇÃO	VAR.	PART.
RECEITAS CORRENTES	15.821.562	18.522.622	2.701.060	17,07	92,73
Tributária	8.952.587	10.328.786	1.376.199	15,37	51,71
De Contribuições	1.468.775	1.802.428	333.653	22,72	9,02
Patrimonial	199.969	230.616	30.647	15,33	1,15
Industrial	2.425	1.870	-555	(22,89)	0,01
De Serviços	151.467	162.666	11.199	7,39	0,81
Transferências Correntes	4.892.299	5.427.881	535.582	10,95	27,17
Outras Receitas Correntes	154.040	568.375	414.335	268,98	2,85
RECEITAS DE CAPITAL	669.927	716.741	46.814	6,99	3,59
Operações de Crédito	611.000	629.902	18.902	3,09	3,15
Alienações de Bens	1.120	1.107	(13)	(1,17)	0,01
Amortização de Empréstimos	0	70	70	100,00	0,00
Transferência de Capital	30.533	46.054	15.521	50,83	0,23
Outras Receitas de Capital	27.274	39.609	12.335	45,23	0,20
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	588.529	735.025	146.496	24,89	3,68
De Contribuições	545.810	690.015	144.205	26,42	3,45
Patrimonial	2.086	2.280	194	9,29	0,01
Industrial	14.343	12.617	(1.726)	(12,03)	0,06
Outras Receitas Correntes	26.290	30.113	3.823	14,54	0,16
RECEITA BRUTA	17.080.018	19.974.388	2.894.370	16,95	100,00
DEDUÇÕES DAS RECEITAS	(1.755.834)	(1.956.070)	(200.236)	11,40	(9,79)
RECEITA LÍQUIDA	15.324.184	18.018.318	2.694.134	17,58	90,21

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

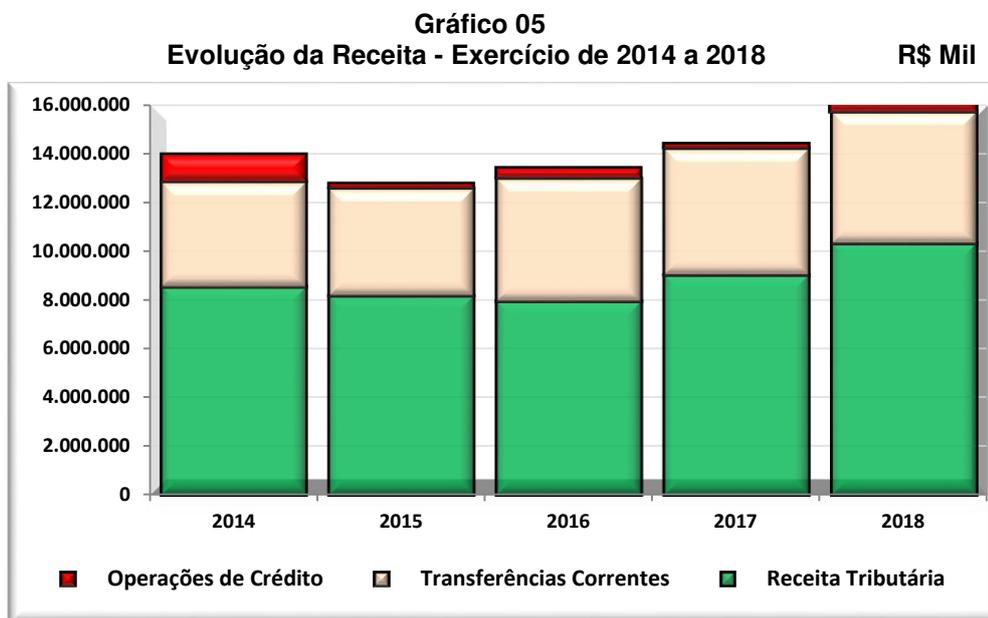
Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias

No gráfico 04 é apresentada a evolução da receita mensal, comparando a receita estimada com a arrecadada, já deduzidos os valores para compor o FUNDEB.



No relatório de Evolução da Receita, em anexo, demonstra-se a arrecadação mensal de 2018 por natureza da receita.

No gráfico 05, é apresentada a evolução das principais receitas nos últimos cinco exercícios.



Na tabela 06, apresenta-se a evolução das receitas realizadas no período de 2014 a 2018, em valores correntes, em que o total arrecadado de 2018 apresentou uma variação

nominal positiva de 15,91% ante 2014, e uma variação positiva de 15,66% em relação a 2017, considerando as receitas intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB.

Tabela 06
Evolução da Receita – 2014 a 2018

R\$ Mil

CATEGORIA ECONÔMICA /ORIGEM	EXERCÍCIOS					VAR. %	
	2014	2015	2016	2017	2018	2018/ 2014	2018/ 2017
RECEITAS CORRENTES	15.096.529	14.952.471	15.858.552	16.435.707	18.522.622	22,69	12,70
Receita Tributária	8.555.229	8.195.048	7.965.906	9.046.455	10.328.786	20,73	14,17
Receita de Contribuições	1.610.289	1.561.200	1.321.896	1.534.538	1.802.428	11,93	17,46
Receita Patrimonial	284.900	289.104	651.139	223.152	230.616	(19,05)	3,34
Receita Industrial	2.199	2.490	2.380	1.980	1.870	(14,97)	(5,56)
Receita de Serviços	172.348	200.802	147.889	164.090	162.666	(5,62)	(0,87)
Transf. Correntes	4.319.709	4.424.454	5.057.645	5.190.497	5.427.881	25,65	4,57
Outras Rec. Correntes	151.856	279.372	711.698	274.995	568.375	274,28	106,69
RECEITAS DE CAPITAL	1.674.796	446.322	615.770	330.687	716.741	(57,20)	116,74
Operações de Crédito	1.130.416	206.513	433.874	203.221	629.902	(44,28)	209,96
Alienação de Bens	1.715	198	689	1.391	1.107	(35,48)	(20,42)
Amort. de Empréstimos	175	103	69	0	70	(60,20)	100,00,
Transferência de Capital	317.403	132.166	141.975	87.965	46.054	(85,49)	(47,65)
Outras Rec. de Capital	225.086	107.343	39.163	38.109	39.609	(82,40)	3,94
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	390.588	443.858	587.470	562.066	735.025	88,18	30,77
De Contribuições	356.511	407.058	549.903	533.623	690.015	93,55	29,31
Patrimonial	1.530	3.616	2.297	2.237	2.280	49,04	1,91
Industrial	13.000	9.417	9.505	8.931	12.617	(2,95)	41,27
Outras Rec. Correntes	19.548	23.766	25.765	17.275	30.113	54,05	74,32
RECEITA BRUTA	17.161.913	15.842.651	17.061.793	17.328.459	19.974.388	16,39	15,27
DEDUÇÃO DA RECEITA	(1.616.158)	(1.590.690)	(1.621.262)	(1.749.765)	(1.956.070)	21,03	11,79
RECEITA LÍQUIDA	15.545.755	14.251.961	15.440.531	15.578.694	18.018.318	15,91	15,66

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores, não foram deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios.

Em 2018 foi repassado pelo Governo do Amazonas o valor de R\$ 1,956 bilhão para compor o FUNDEB. A principal origem foi a arrecadação do ICMS, com R\$ 1,391 bilhão, representando 71,13%, seguida do FPE, com R\$ 523 milhões e participação de 26,75%. Na tabela 07 demonstram-se as origens da receita que compõe o FUNDEB do período de

2014 a 2018. É importante destacar que a perda do FUNDEB em 2018 foi na ordem de R\$ 730 milhões que representa 37,32% da receita do Estado repassada ao fundo para compor o FUNDEB.

Tabela 07
Dedução da Receita para o FUNDEB – 2014 a 2018

R\$ Mil

FONTE	EXERCÍCIOS				
	2014	2015	2016	2017	2018
ICMS e Acessórias	1.172.383	1.123.683	1.066.059	1.229.448	1.391.443
IPVA e Acessórias	28.185	30.301	30.076	31.950	32.693
ITCMD e Acessórias	1.781	1.823	1.617	2.961	1.970
FPE	405.209	426.273	516.262	477.485	523.174
IPI	5.652	5.662	4.300	4.972	3.902
Lei Kandir	2.948	2.948	2.948	2.948	2.888
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	1.616.158	1.590.690	1.621.262	1.749.765	1.956.070
Retorno do FUNDEB	1.045.215	1.014.642	1.015.403	1.123.201	1.225.985
Perda do FUNDEB	570.943	576.048	605.859	626.564	730.085

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

2.2 Receitas por Fonte de Recurso

A classificação orçamentária por fontes de recursos tem como objetivo identificar a origem de financiamento dos gastos públicos e seu gerenciamento. Na tabela 08, apresenta-se a receita por fonte de recurso, comparando a receita estimada com a arrecadada e seus percentuais de variação e participação, já deduzidos os valores para compor o FUNDEB.

Destacamos os Recursos Ordinários, representados pela fonte 100, com R\$ 9,062 bilhões ou 50,30% de participação, seguido dos recursos do FPE, fonte 121, com R\$ 2.092 bilhões ou 11,61% de participação e os recursos do FUNDEB com R\$1,762 bilhão ou 9,78% de participação, sendo R\$ 1,226 bilhão FUNDEB Estado, R\$ 522 milhões FUNDEB complementação da União e R\$ 14 milhões de rendimento de aplicação e restituições.

Tabela 08
Execução da Receita por Fonte de Recurso

R\$ Mil

FONTE	FONTE DE RECURSO	RECEITA			PERCENTUAL %	
		ESTIMADA	ARRECADADO	VARIAÇÃO	VAR.	PART.
100	Recursos Ordinários	7.887.487	9.062.904	1.175.417	14,90	50,30
110	Recursos de Depósitos Judiciais da LC 151/2015	25.080	383.427	358.346	1.428,82	2,13
111	Acordos - Recofarma	0	1.935	1.935	100,00	0,01
112	Acordos - Visteon	0	35	35	100,00	0,00
113	Acordos - Manaus Refrigerante	0	2	2	100,00	0,00
114	Acordos - Pepsi-Cola	0	7.439	7.439	100,00	0,04
115	Alienação de Bens	1.214	1.287	73	6,04	0,01
116	Contribuição p/ o Desenv. do Ensino Superior	349.416	407.784	58.368	16,70	2,26
117	Contribuição p/ Infraest. Básica, Econ. e Social	1.000	0	(1.000)	(100,00)	0,00
118	Recursos do FECOP	0	31.914	31.914	100,00	0,18
119	Outras Contribuições de Incentivos Fiscais e Extra	0	21.247	21.247	100,00	0,12
120	Contribuição do Desenvolvimento Humano	0	5.328	5.328	100,00	0,03
121	Fundo de Part. dos Est. e Dist. Federal - FPE	2.006.400	2.092.695	86.295	4,30	11,61
127	Contribuição do Salário-Educação	59.565	0	(59.565)	(100,00)	0,00
130	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	24.766	21.542	(3.224)	(13,02)	0,12
140	Indeniz. P/Utiliz. de Rec. Híd. e Expl. Rec. Minerais	10.450	21.772	11.322	108,34	0,12
145	Recursos dos Royalties sobre o Petróleo	179.426	267.822	88.396	49,27	1,49
146	Recursos do FUNDEB	1.468.245	1.762.145	293.900	20,02	9,78
150	Outras Transferências de Recursos Federais	25.935	22.110	(3.825)	(14,75)	0,12
155	Recursos de Transferência Financeira LC 87/96	12.320	11.550	(770)	(6,25)	0,06
160	Recursos do FTI	696.650	847.549	150.899	21,66	4,70
170	Recursos do FMPES	93.704	100.484	6.780	7,24	0,56
201	Recursos Diretamente Arrecadados	276.005	321.760	45.755	16,58	1,79
211	Acordos - Recofarma	5.225	0	(5.225)	(100,00)	0,00
227	Recursos da Contribuição do Salário-Educação	0	58.606	58.606	100,00	0,33
230	Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	528.672	481.008	(47.664)	(9,02)	2,67
240	Transferências do FNAS	80	331	251	314,17	0,00
250	Transferências do FNDE	43.000	138.304	95.304	221,64	0,77
261	Fundo Financeiro - RPPS	536.018	626.931	90.913	16,96	3,48
262	Fundo Previdenciário - RPPS	401.728	612.538	210.810	52,48	3,40
271	Operações de Crédito Internas	221.000	433.415	212.415	96,12	2,41
275	Operações de Crédito Externas	390.000	196.487	(193.513)	(49,62)	1,09
280	Convênios	40.676	42.003	1.327	3,26	0,23
285	Outras Fontes	14.488	35.434	20.946	144,58	0,20
295	Transferências de Entidades Internacionais	5	5	0	0,21	0,00
296	Doações de Pessoas ou Inst. Privada Nacionais	25.107	100	(25.007)	(99,60)	0,00
297	Doação p/ Programa Social de Desenv. Humano	522	423	(99)	(18,89)	0,00
TOTAL		15.324.184	18.018.318	2.694.134	17,58	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Considerando as Receitas Intraorçamentárias e a dedução do FUNDEB.

2.3 Receita Tributária

As receitas tributárias são provenientes de impostos e taxas arrecadadas. Na tabela 09, demonstram-se as receitas tributárias brutas, que totalizaram R\$ 10,329 bilhões no exercício de 2018, apresentando um superávit nominal de R\$ 1,282 bilhão em relação a 2017, ou 14,17%. Considerando as deduções do FUNDEB, de R\$ 1,956 bilhão nesta origem, chega-se a uma receita tributária líquida de R\$ 8,373 bilhões. Fica evidenciado que a fonte de maior participação na receita tributária do Estado é o ICMS, com 89,23% do total, ao mesmo tempo em que apresenta o maior superávit nominal, com R\$ 1,130 bilhão.

Tabela 09
Comparativo da Receita Tributária

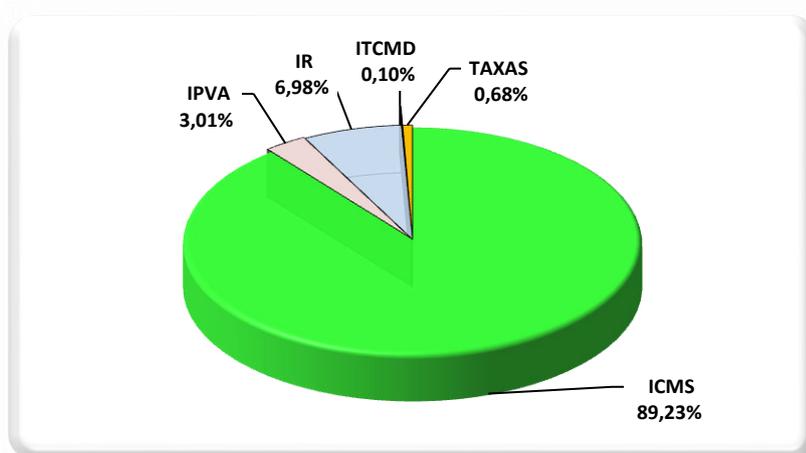
FONTE	ARRECADADO		%	
	2017	2018	PART.	VARIAÇÃO
IMPOSTOS	8.964.121	10.258.092	99,32	14,43
IR Retido na Fonte	559.368	721.168	6,98	28,93
ICMS	8.085.783	9.216.023	89,23	13,98
IPVA	304.172	311.058	3,01	2,26
ITCMD	14.798	9.844	0,10	(33,48)
TAXAS	82.334	70.694	0,68	(14,14)
TOTAL	9.046.455	10.328.786	100,00	14,17

Fonte: AFI – Sistema de Administração Financeira

Nota: Valores brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações dos Municípios.

No gráfico a seguir, são apresentadas as Receitas Tributárias e suas participações.

Gráfico 06
Demonstrativo da Receita Tributária 2018 Percentual



A Secretaria de Estado da Fazenda vem dando continuidade ao desenvolvimento de projetos voltados à modernização da administração tributária. Dentre as principais medidas tomadas destacam-se:

- Como medidas de combate à sonegação fiscal, a SEFAZ por meio da Secretaria Executiva da Receita, realizou o mapeamento e intensificou o controle ostensivo de entrada e saída de mercadorias no Amazonas. Também ampliou o monitoramento fiscal dos 30 maiores contribuintes identificados em malha fiscal com insuficiência de desempenho de arrecadação;
- Como medida de controle, realizou ações fiscais específicas a fim de reduzir a inadimplência de contribuintes através da cobrança no estabelecimento. Também acompanhou, em tempo real, operações realizadas pelas empresas dos setores de combustíveis (inclusive de importação), bebidas não alcoólicas, bebidas alcoólicas, transporte, energia elétrica, comunicações e telecomunicações. Realizou ainda operações fiscais de prospecção na orla de Manaus.
- No combate à inadimplência, iniciou a cobrança imediata de débitos de ICMS inadimplentes correspondentes ao período de 2013 a outubro de 2017. Também identificou e iniciou a cobrança de débitos vencidos em 2012 referentes ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e de débitos vencidos desde 2012 do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).
- Em relação aos produtos importados, a fim de ampliar a arrecadação a Sefaz adotou novas medidas a partir de outubro de 2017, como a apresentação de ofício das notas fiscais notificáveis não apresentadas à Secretaria, com prazo de pendência superior a 60 dias, no caso de mercadoria nacional. Também promove a reanálise seletiva de notas fiscais de períodos anteriores e a reavaliação parcial das parametrizações do sistema de desembaraço.
- A SEFAZ restabeleceu o serviço de comunicação automática com a Receita Federal, para obtenção das informações referentes às Declarações de Importações (DIs), e promove o cruzamento das DIs recebidas dos contribuintes com as transmitidas pela Receita Federal.
- Nos meses de outubro e novembro de 2017 o Departamento de Arrecadação executou ações direcionadas à quantificação de débitos que se encontravam "em

aberto”, sem nenhuma fase de cobrança iniciada nos últimos 5 anos, dando início a seu devido tratamento legal, com o fim de evitar sua decadência.

- Campanha Nota Fiscal Amazonense (NFA), implantada em agosto de 2015 pelo Governo do Amazonas, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda. O objetivo principal da campanha é tornar a exigência dos documentos fiscais eletrônicos um hábito por parte dos cidadãos, por meio de estímulo, na forma de premiações, aos consumidores e as entidades sociais sem fins lucrativos credenciadas, permitindo assim incentivar as empresas socialmente responsáveis, pelo destaque como participantes da campanha e pelo combate à concorrência desleal.

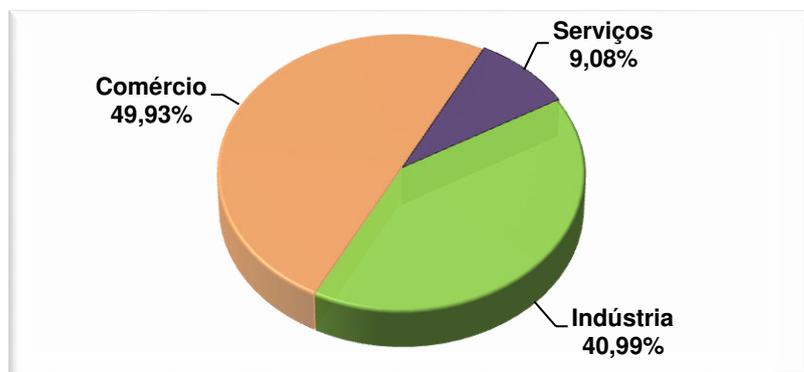
Na tabela 10 e gráfico 07 é apresentada a arrecadação do ICMS por setor econômico, sendo o setor do comércio o de maior participação, com R\$ 4,601 bilhões, ou 49,93%, apresentado uma variação nominal positiva ante 2017 de 19,29%, ou R\$ 744 milhões.

Tabela 10
Comparativo da Receita de ICMS por Setor Econômico

SETOR ECONÔMICO	RECEITA		PART. %	VAR. %
	2017	2018		
	Indústria	3.451.403		
Comércio	3.857.336	4.601.436	49,93	19,29
Serviço	777.044	836.640	9,08	7,67
TOTAL	8.085.783	9.216.023	100,00	13,98

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

Gráfico 07
Receita de ICMS por Setor Econômico – 2018 Percentual



Demonstra-se na tabela 11 e gráfico 08 a evolução das receitas tributárias, em valores correntes, no período de 2014 a 2018, que apresentou uma variação nominal positiva de 20,73% ante 2014 e 14,17% em relação ao ano de 2017.

A receita do ICMS de 2018 apresentou um acréscimo nominal comparado a 2017 de R\$ 1,130 bilhão, representando 13,98% e um acréscimo nominal comparado a 2014 de R\$ 1,447 bilhão, representando 18,62%. Este resultado se deve ao início da recuperação econômica nos setores da indústria e do comércio após a crise econômica vivida no país.

Na receita do IPVA de 2018, o acréscimo nominal comparado a 2017 foi de R\$ 6 milhões, o que evidencia uma variação nominal positiva de 2,26%. Em relação a 2014 o crescimento nominal foi de R\$ 43 milhões, representando uma variação de 16,39%.

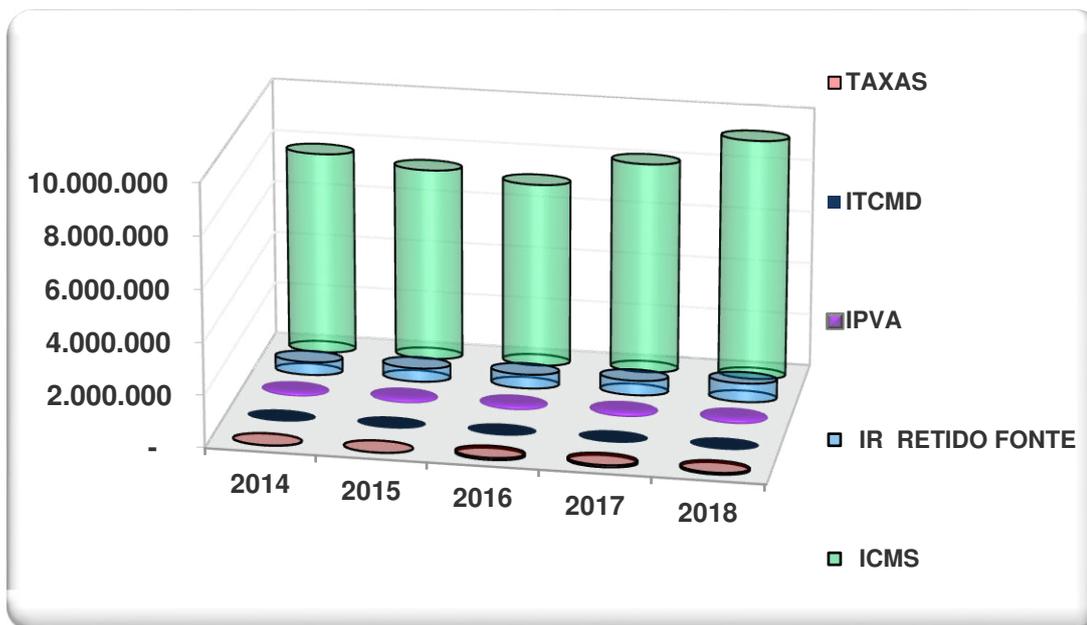
Tabela 11
Evolução da Receita Tributária – 2014 a 2018

FONTE	EXERCÍCIOS					PART. %	VAR. %	
	2014	2015	2016	2017	2018		2018/ 2014	2018/ 2017
IMPOSTOS	8.543.429	8.187.708	7.883.354	8.964.121	10.258.092	99,32	20,07	14,43
IR RETIDO FONTE	498.054	515.969	537.225	559.368	721.168	6,98	44,80	28,93
ITCMD	9.059	9.113	8.079	14.798	9.844	0,10	8,66	(33,48)
IPVA	267.259	287.025	284.052	304.172	311.058	3,01	16,39	2,26
ICMS	7.769.057	7.375.601	7.053.999	8.085.783	9.216.023	89,23	18,62	13,98
TAXAS	11.800	7.340	82.552	82.334	70.694	0,68	499,10	(14,14)
TOTAL	8.555.229	8.195.048	7.965.906	9.046.455	10.328.786	100,00	20,73	14,17

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzido o FUNDEB e as participações constitucionais e legais dos Municípios.

Gráfico 08
Evolução da Receita Tributária - Exercício 2014 a 2018 R\$ Mil



Nos gráficos 09 e 10, apresenta-se a evolução das duas principais receitas tributárias de competência do Estado, ICMS e IPVA arrecadadas no período de 2014 a 2018, em valores correntes.

Gráfico 09
Evolução da Receita de ICMS – Exercício 2014 a 2018 R\$ Mil

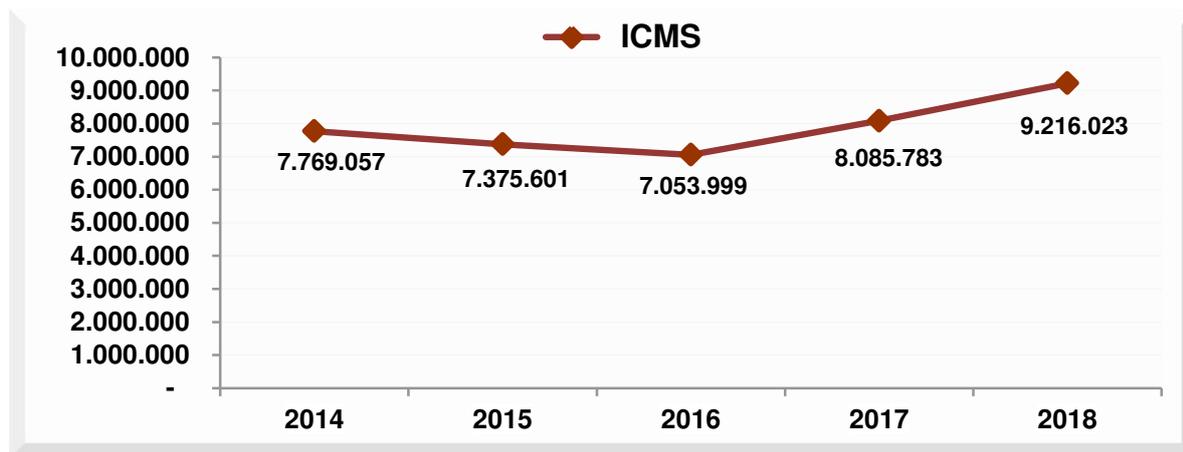
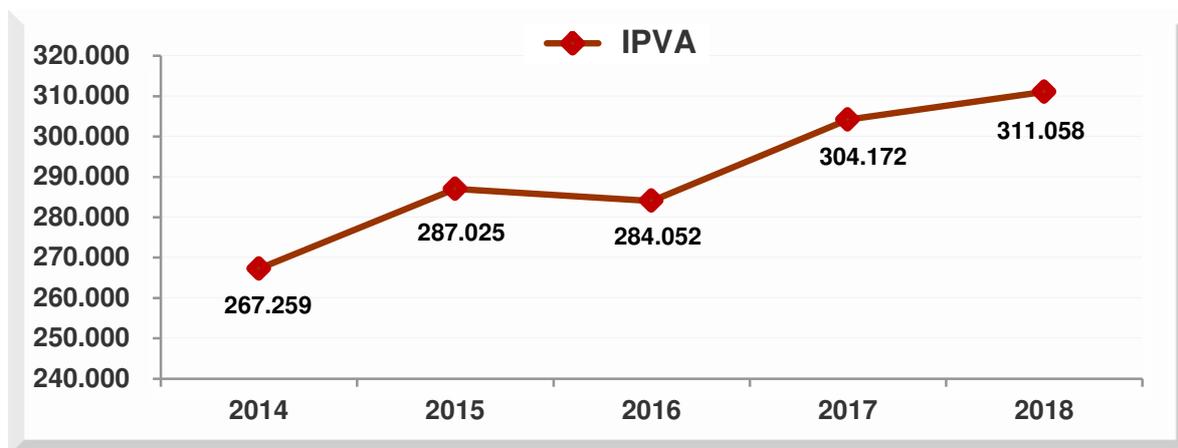


Gráfico 10
Evolução da Receita de IPVA - Exercício 2014 a 2018



2.4 Transferências Correntes

O total arrecadado com Transferências Correntes, no exercício de 2018 foi de R\$ 5,428 bilhões. Comparado a 2017 houve um acréscimo nominal de R\$ 237 milhões, ou 4,57%, conforme demonstrado na tabela 12.

As Transferências da União apresentaram a maior participação, com 67,01%, e uma variação nominal ante 2017 de R\$ 332 milhões, ou 10,07%.

A Cota-parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE foi a fonte com maior destaque dentre as Transferências Correntes, com participação de 48,19% do total, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 228 milhões, equivalente a 9,57% ante 2017.

As Transferências Multigovernamentais, que demonstram os valores recebidos pelo Estado a título de retorno do FUNDEB e da complementação, tiveram participação de 32,21% do total das transferências, apresentando uma variação nominal negativa, ante 2017 de R\$ 47 milhões.

Tabela 12
Transferências Correntes

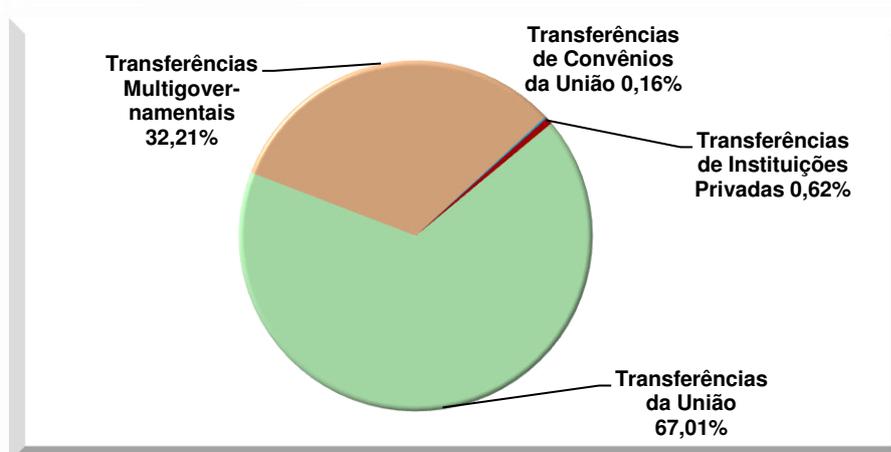
ESPECIFICAÇÃO	VALOR ARRECADADO		%	
	2017	2018	PART.	VAR.
Transferências da União	3.304.188	3.636.963	67,01	10,07
Cota-parte do F.P.E.	2.387.426	2.615.869	48,19	9,57
Cota-parte do I.P.I.	33.149	26.010	0,48	(21,53)
Cota-parte da CIDE	25.001	20.001	0,37	(20,00)
Transferências Financeiras - L.C. 87/96(Lei Kandir)	14.740	14.438	0,27	(2,05)
Cota-parte Fundo Especial Petróleo – FEP	187.731	284.110	5,23	51,34
Transferências de Recursos do SUS	515.536	466.317	8,59	(9,55)
Transferências de Recursos do FNDE	121.462	186.344	3,43	53,42
Transferências de Recursos do FNAS	3.550	17	0,00	(99,53)
Outras Transferências da União	15.592	23.857	0,44	53,01
Transferências Multigovernamentais	1.795.800	1.748.381	32,21	(2,64)
Transferências de Instituições Privadas	74.704	33.744	0,62	(54,83)
Transferências do Exterior	13	2	0,00	(82,87)
Transferências de Pessoas	3	20	0,00	687,56
Transferências de Convênios da União	15.760	8.762	0,16	(44,40)
Transferências de Convênios dos Municípios	4	0	0,00	(100,00)
Transferências de Convênios de Instituições Privadas	26	9	0,00	(64,75)
TOTAL	5.190.497	5.427.881	100,00	4,57

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Nota: Valores Brutos, não deduzidas as participações dos Municípios.

No gráfico 11, apresentam-se as principais participações de transferências correntes, destacando-se as Transferências da União com maior percentual de participação.

Gráfico 11
Transferências Correntes Percentual



Na tabela 13, são demonstradas as Transferências de Convênios da União e suas Entidades no exercício de 2018, que representam os recursos recebidos para execução de convênios pelo Estado, totalizando R\$ 9 milhões, já acrescidos dos rendimentos de aplicações financeiras. As maiores participações foram da Secretaria de Estado do Trabalho – SETRAB, com R\$ 2 milhões, ou 29,15% do total, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas – CBMAM, com R\$ 2 milhões, ou 24,86% e da Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA, com R\$ 2 milhões, 21,82%, que correspondem a 75,82% do total.

A Fundação de Medicina Tropical – FMT recebeu transferências de convênios de Instituições Privadas no valor de R\$ 9 mil.

Tabela 13
Transferências de Convênios da União e suas Entidades

ÓRGÃO	R\$ Mil	
	VALOR	PART.%
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	2.554	29,15
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	2.178	24,86
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1.912	21,82
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM	1.114	12,71
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	205	2,34
Fundação de Medicina Tropical "Doutor Heitor Vieira Dourado"	203	2,32
Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino - SEDUC	197	2,24
Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer - SEJEL	139	1,58
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	111	1,27
Secretaria de Estado De Justiça, Direitos Humanos e Cidadania	98	1,12
Fundação de Dermatologia Tropical e Venerologia "Alfredo da Matta" - FUAM	26	0,29
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHAMOAM	11	0,13
Procuradoria Geral de Justiça	10	0,11
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	5	0,06
TOTAL	8.762	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2.5 Receitas de Capital

Na tabela 14 apresentam-se as Receitas de Capital arrecadadas pelo Estado, que totalizaram R\$ 717 milhões, apresentando uma variação nominal positiva de R\$ 386 milhões, ou 116,74% em relação a 2017.

No exercício de 2018 as Receitas de Operações de Créditos, ou seja, recursos a título oneroso, recebidos para custear os investimentos que o Estado vem implementando, totalizaram R\$ 630 milhões, com participação de 87,88% do total das receitas de capital, apresentando uma variação positiva de 209,96% ante 2017.

As receitas de Alienação de Bens são compostas de vendas de ativos permanentes, bens móveis e imóveis inservíveis ou desnecessários para o Estado, e totalizaram R\$ 1 milhão, com participação 0,15% do total das receitas de capital e variação negativa de 20,44% ante 2017.

As receitas de Transferências de Capital são constituídas de Transferências Intergovernamentais de convênios recebidos da União e suas entidades, dos municípios e de instituições privadas nacionais e internacionais, e totalizaram R\$ 46 milhões, com participação de 6,43% do total das receitas de capital e variação negativa de 47,65% ante 2017.

As Outras Receitas de Capital totalizaram R\$ 40 milhões. Referem-se à Lei Federal nº 9.478/97, art. 52, que determina o recolhimento de 1% da produção de petróleo e gás natural realizada pela PETROBRAS em terras do Estado do Amazonas, às parcelas recebidas dos títulos CVS do Fundo Previdenciário da Fundação AMAZONPREV e às restituições diversas do Tesouro.

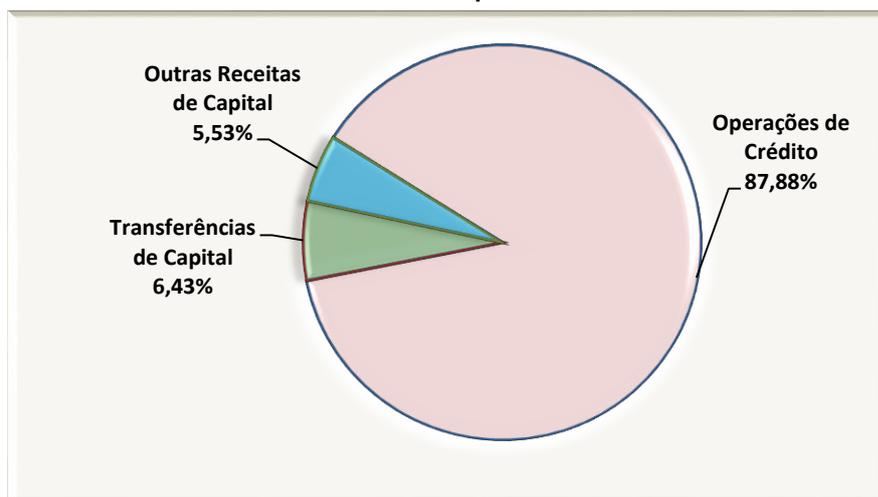
Tabela 14
Receitas de Capital

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADO		R\$ Mil	
			%	
	2017	2018	PART.	VAR.
Operações de Crédito	203.221	629.902	87,88	209,96
Alienação de Bens Móveis	1.391	1.107	0,15	(20,44)
Amortização de Empréstimos	-	70	0,01	100,00
Transferências de Capital	87.965	46.054	6,43	(47,65)
Outras Receitas de Capital	38.109	39.609	5,53	3,94
TOTAL	330.687	716.741	100,00	116,74

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 12, são apresentadas as principais Receitas de Capital e seus percentuais de participação.

Gráfico 12
Receitas de Capital **Percentual**



2.5.1 Operações de Crédito

Na tabela 15 a seguir, demonstram-se as operações de crédito recebidas pelo Estado em 2018, que totalizaram R\$ 630 milhões. As operações internas somaram R\$ 433 milhões e foram contratadas através da Caixa Econômica Federal – CEF e Banco do Brasil – BB. As operações externas somaram R\$ 196 milhões, sendo contratadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

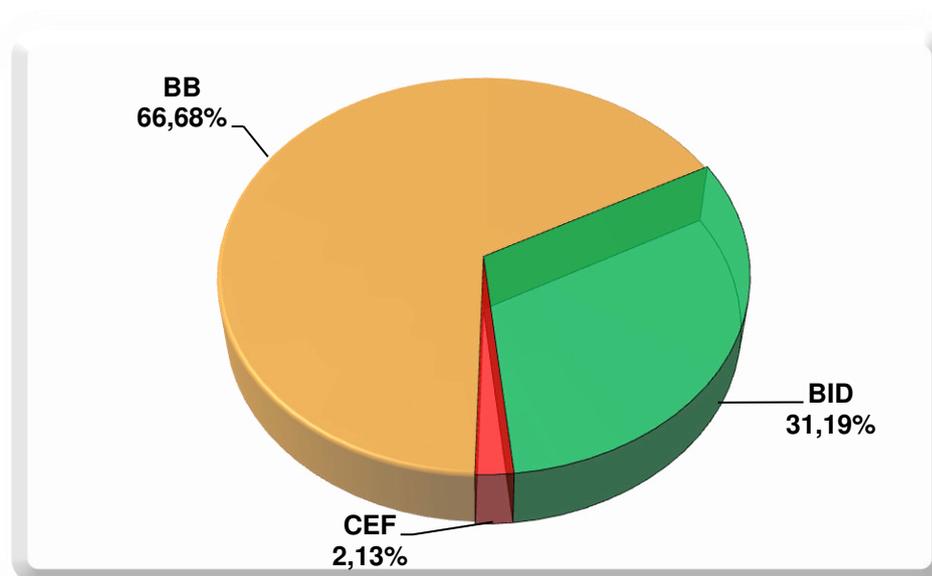
Tabela 15
Demonstrativo de Operações de Crédito

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	CREDOR	R\$ Mil	
		VALOR	PART. %
INTERNA		433.415	68,81
Projeto Avenida das Torres com AM 010	CEF	13.415	2,13
Programa de Sustentabilidade de Investimentos Públicos - PROSIP	BB	120.000	19,05
Programa de Apoio às Despesas de Capital - PRODECAP	BB	300.000	7,63
EXTERNA		196.487	31,19
Programa de Saneamento Integrado de Maués - PROSAIMAUÉS	BID	55.603	8,83
PROSAMIM III	BID	25.440	4,04
Prog. de Aceleração do Desenv. da Educação do Amazonas - PADEAM	BID	115.444	18,33
TOTAL		629.902	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 13 apresentam-se as operações de crédito recebidas por credor, sendo R\$ 420 milhões ou 66,68% do Banco do Brasil – BB, R\$ 196 milhões ou 31,19% do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e R\$ 13 milhões ou 2,13% da Caixa Econômica Federal – CEF.

Gráfico 13
Operações de Créditos por Agente Financeiro Percentual



2.5.2 Transferências de Capital

Na tabela 16, demonstram-se os convênios recebidos da União e suas entidades em 2018 pelos órgãos da administração estadual, já acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira, os quais totalizaram R\$ 33 milhões. Destacam-se as participações da Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA, que recebeu R\$ 18 milhões ou 54,79%, do Fundo Estadual de Saúde - FES, com R\$ 2 milhões ou 6,87% e da Agência de Desenvolvimento Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF, com R\$ 2 milhões ou 6,10%, os quais correspondem a 67,75% do total repassado pela União.

Tabela 16
Transferências de Capital (Convênios da União e suas Entidades) **R\$ Mil**

ÓRGÃO	VALOR	PART.%
Secretaria de Estado de Infra Estrutura - SEINFRA	18.166	54,79
Fundo Estadual de Saúde - FES	2.278	6,87
Agência de Desenv. Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - ADAF	2.022	6,10
Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB	1.636	4,93
Secretaria de Estado de Produção Rural - SEPROR	1.484	4,48
Fundação de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - FHMOAM	1.420	4,28
Fundação Universidade do Estado do Amazonas - UEA	1.411	4,26
Secretaria De Estado De Administração Penitenciária - SEAP	1.359	4,10
Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania - SEAS	882	2,66
Secretaria de Estado da Juventude, Esporte e Lazer - SEJEL	676	2,04
Secretaria de Estado do Trabalho - SETRAB	552	1,66
Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas - CBMAM	500	1,51
Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos E Cidadania - SEJUS	321	0,97
Secretaria de Estado de Segurança Pública - SSP	121	0,37
Fundação Estadual do Índio - FEI	97	0,29
Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA	86	0,26
Instituto de Desenv. Agropecuário e Florestal Sust. do Est. do Amazonas - IDAM	63	0,19
Fundação Centro de Controle de Oncologia - FCECON	48	0,14
Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM	37	0,11
TOTAL	33.157	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

2.6 Renúncia Fiscal

Na tabela 17, é demonstrada a Renúncia Fiscal no exercício de 2018, que totalizou R\$ 8,102 bilhões. Destaca-se a renúncia decorrente da Lei nº 2.826/2003, com R\$ 7,762 bilhões e participação de 95,80% do total.

Este modelo de sucesso instituído pela ZFM representa, em termos de recursos fiscais, 46,78% em relação à arrecadação total do ICMS, que corresponde ao valor arrecadado no exercício de 2018 de R\$ 9,216 bilhões mais o valor das renúncias de R\$ 8,102 bilhões, totalizando R\$ 17,318 bilhões.

Tabela 17
Demonstrativo da Renúncia Fiscal

	R\$ Mil	
BASE LEGAL	VALOR	PART. %
Lei nº 2.826 de 2003	7.761.751	95,80
Lei nº 3.430 de 2009	49.069	0,61
Lei nº 3.830 de 2012	17.031	0,21
LC 19 de 1997	15.325	0,19
Lei Promulgada nº 203 de 2014	366	0,00
Decreto nº 20.686 de 1999	217.371	2,68
Decreto nº 38.932 de 2018	15	0,00
Lei nº 3.781 de 2012	1.575	0,02
Leo nº 4.719 de 2018	39.786	0,49
Lei nº 3.824 de 2012	104	0,00
TOTAL	8.102.393	100,00

Fonte : Secretaria Executiva da Receita

3 GESTÃO DA DESPESA

3.1 Despesa Orçamentária

A Despesa Orçamentária, também denominada Despesa Pública, representa o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para os investimentos e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Compreende o valor da despesa fixada, conforme determinado na LOA e as alterações ocorridas no exercício. Na tabela 18, são apresentadas as despesas por categoria econômica e grupo.

A despesa autorizada final ficou em R\$ 19,027 bilhões, alterada em R\$ 3,703 bilhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 24,17% do total fixado inicialmente.

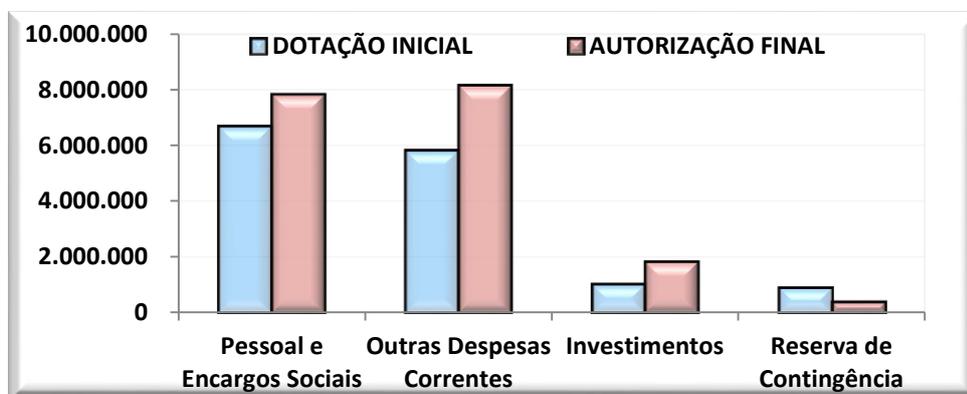
Tabela 18
Despesa Autorizada Final por Categoria Econômica **R\$ Mil**

CATEGORIA ECONOMICA	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	Part %
DESPESAS CORRENTES	12.835.740	3.464.271	16.300.011	85,67
Pessoal e Encargos Sociais	6.684.085	1.145.363	7.829.448	41,15
d/q modalidade 91	540.684	142.141	682.825	3,59
Juros e Encargos da Dívida	336.363	(18.926)	317.437	1,67
Outras Despesas Correntes	5.815.292	2.337.834	8.153.126	42,85
d/q modalidade 91	47.845	(7.758)	40.087	0,21
DESPESAS DE CAPITAL	1.587.225	744.203	2.331.428	12,25
Investimentos	1.031.905	808.953	1.840.858	9,68
Inversões Financeiras	10	2.195	2.205	0,01
Amortizações da Dívida	555.310	(66.945)	488.365	2,57
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	901.219	(505.376)	395.843	2,08
d/q Reserva da Previdência	387.197	0,	387.197	2,03
TOTAL	15.324.184	3.703.099	19.027.283	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No gráfico 14 demonstramos os principais grupos de despesas, comparando o orçado inicial com o Autorizado Final.

Gráfico 14
Comparativo da Dotação Inicial x Autorizada Final por Grupo de Despesa



Na tabela 19 é demonstrada a despesa autorizada final por função, com as alterações ocorridas no exercício e percentual de participação de cada uma, destacando-se as funções que tiveram maiores alterações orçamentárias: Saúde, com R\$ 964 milhões; Educação, com 711 milhões; Urbanismo, com 487 milhões e Segurança Pública, com R\$ 465 milhões.

Tabela 19
Despesa Autorizada Final por Função

					R\$ Mil
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	ALTERAÇÃO	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
1	Legislativa	469.074	104.016	573.090	3,01
2	Judiciária	604.816	130.475	735.291	3,86
3	Essencial à Justiça	289.671	150.857	440.528	2,32
4	Administração	545.357	330	545.687	2,87
6	Segurança Pública	1.534.597	464.801	1.999.398	10,51
8	Assistência Social	78.180	2.495	80.675	0,42
9	Previdência Social	1.483.793	312.947	1.796.740	9,44
10	Saúde	2.017.316	964.480	2.981.796	15,67
11	Trabalho	7.205	4.992	12.197	0,06
12	Educação	2.630.111	711.529	3.341.640	17,56
13	Cultura	82.180	53.262	135.442	0,71
14	Direitos da Cidadania	356.675	222.753	579.428	3,05
15	Urbanismo	419.129	487.168	906.297	4,76
16	Habitação	62.009	(6.174)	55.835	0,29
17	Saneamento	28.137	65.018	93.155	0,49
18	Gestão Ambiental	37.340	23.083	60.423	0,32
19	Ciência e Tecnologia	98.755	(19.512)	79.243	0,42
20	Agricultura	89.325	151.625	240.950	1,27
21	Organização Agrária	13.099	8.648	21.747	0,11
23	Comércio e Serviços	36.965	68.104	105.069	0,55
24	Comunicações	67.227	20.549	87.776	0,46
26	Transporte	118.331	27.588	145.919	0,77
27	Desporto e Lazer	32.242	18.119	50.361	0,26
28	Encargos Especiais	3.321.431	241.323	3.562.754	18,72
99	Reserva de Contingência	901.219	(505.376)	395.843	2,08
TOTAL GERAL		15.324.184	3.703.099	19.027.283	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

As maiores participações ficaram com as funções Encargos Especiais - 18,72%, Educação - 17,56%, Saúde - 15,67%, Segurança Pública – 10,51% e Previdência Social - 9,44%, correspondendo a 71,91% do total autorizado. Os Encargos Especiais são basicamente responsáveis pelas transferências constitucionais e legais aos Municípios e serviço da dívida.

3.2 Execução da Despesa

A despesa empenhada no exercício de 2018 totalizou R\$ 17,631 bilhões que, comparada à autorizada final, resultou em uma economia orçamentária de R\$ 1,397 bilhão, representando 7,34% do total da despesa, conforme demonstrado na tabela 20.

O grupo Pessoal e Encargos Sociais representa 44,25% do total das despesas empenhada, com R\$ 7,801 bilhões, sendo R\$ 6,861 bilhões do Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública, R\$ 387 milhões do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e R\$ 553 milhões do Poder Judiciário, incluindo o Ministério Público, conforme quadro 03 em anexo.

O grupo Outras Despesas Correntes representa 43,63% do total da despesa, com R\$ 7,692 bilhões, sendo R\$ 7,394 bilhões do Poder Executivo, incluindo a defensoria Pública, R\$ 163 milhões do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e R\$ 135 milhões do Poder Judiciário, incluindo o Ministério Público

Destacam-se ainda as despesas empenhadas na modalidade 91, da ordem de R\$ 721 milhões, sendo evidenciadas na rubrica Pessoal e Encargos com R\$ 681 milhões e Outras Despesas Correntes com R\$ 39 milhões. Essa modalidade foi criada para evidenciar as despesas entre órgãos da mesma esfera de governo, resultando em uma receita intraorçamentária no órgão recebedor.

As Despesas de Capital foram da ordem de R\$ 1,820 bilhão, sendo a maior parte no grupo de investimentos, com R\$ 1,329 bilhão e 7,54% de participação.

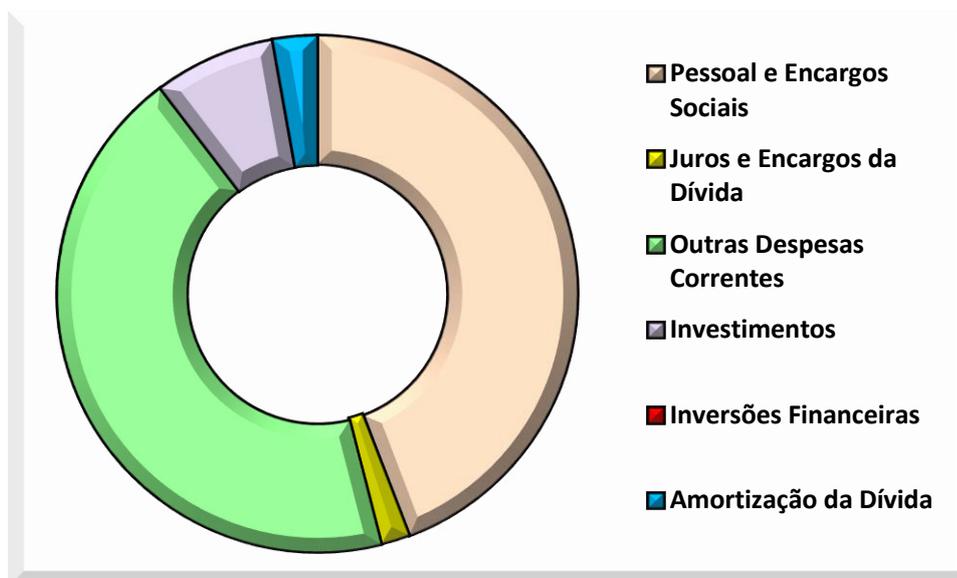
Tabela 20
Despesa Autorizada com a Despesa Empenhada

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA %	PART. %
DESPESAS CORRENTES	16.300.011	15.810.767	3,00	89,68
Pessoal e Encargos Sociais	7.829.448	7.801.415	0,36	44,25
d/q modalidade 91	682.825	681.281	0,23	3,86
Juros e Encargos da Dívida	317.437	316.974	0,15	1,80
Outras Despesas Correntes	8.153.126	7.692.377	5,65	43,63
d/q modalidade 91	40.087	39.331	1,89	0,22
DESPESAS DE CAPITAL	2.331.428	1.819.892	21,94	10,32
Investimentos	1.840.858	1.329.388	27,78	7,54
Inversões Financeiras	2.205	2.205	0,00	0,01
Amortização da Dívida	488.365	488.299	0,01	2,77
Reserva de Contingência	395.843	0	0,00	0,00
d/q Reserva Previdenciária	387.197	0	0,00	0,00
TOTAL	19.027.283	17.630.658	7,34	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 15, apresentamos as despesas empenhadas por grupo.

Gráfico 15
Despesa Empenhada por Grupo



Na tabela 21 é apresentada a despesa empenhada por categoria econômica e grupo de despesa, comparando os exercícios de 2017 e 2018 houve um acréscimo nominal de R\$ 2,306 bilhões ou 15,05%, que correspondem aos grupos de Pessoal e Encargos Sociais, com R\$ 739 milhões, ou 10,46%, Outras Despesas Correntes, com R\$ 1,012 bilhão, ou 15,15% e Investimentos com R\$ 531 milhões ou 66,69%.

O Acréscimo no grupo de pessoal e encargos deveu-se, basicamente, as datas bases das áreas da Educação e da Saúde, das promoções dos Policiais Militares e dos reajustes dos servidores da Polícia Civil.

Destacamos o grupo investimento que representa a maior variação ante 2017 de 66,69%, deveu-se, basicamente, pela execução das Operações de Créditos PRODECAP, PROSIP e PADEAM.

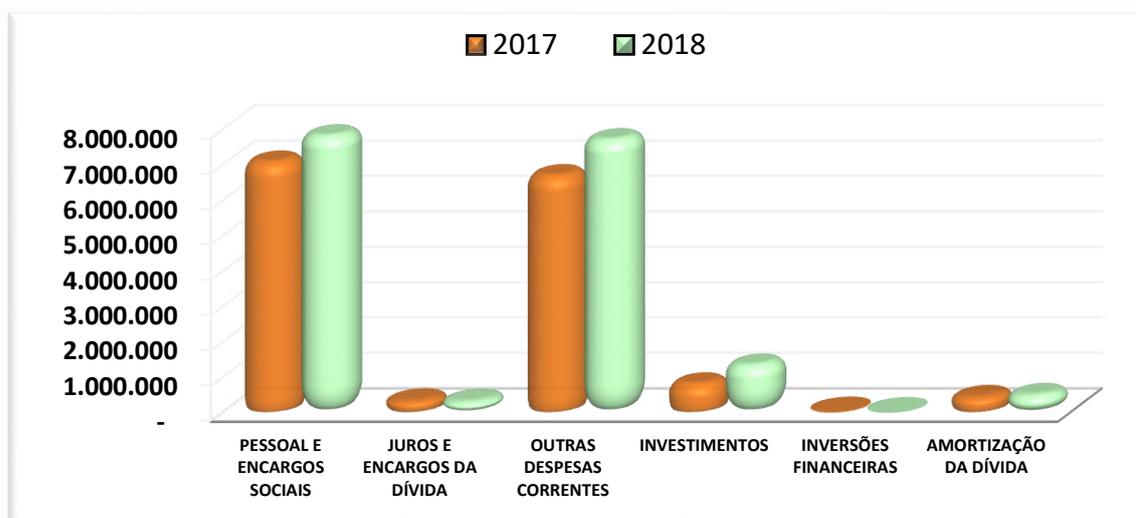
Tabela 21
Comparativo da Despesa Empenhada por Categoria Econômica **R\$ Mil**

CATEGORIA ECONÔMICA	2017	2018	VAR. %
	EMPENHADA	EMPENHADA	
DESPESAS CORRENTES	14.070.263	15.810.767	12,37
Pessoal e Encargos Sociais	7.062.747	7.801.415	10,46
d/q modalidade 91	555.571	681.281	22,63
Juros e Encargos da Dívida	327.258	316.974	(3,14)
Outras Despesas Correntes	6.680.258	7.692.377	15,15
d/q modalidade 91	44.910	39.331	(12,42)
DESPESAS DE CAPITAL	1.254.634	1.819.892	45,05
Investimentos	797.527	1.329.388	66,69
Inversões Financeiras	25.854	2.205	(91,47)
Amortização da Dívida	431.253	488.299	13,23
TOTAL	15.324.897	17.630.658	15,05

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 16, é apresentada a despesa empenhada por grupo, comparando os exercícios de 2017 e 2018.

Gráfico 16
Comparativo da Despesa Empenhada por Grupo Mil



3.2.1 Pessoal e Encargos Sociais

Na tabela 22 são apresentadas as despesas de pessoal por elemento. Os mais relevantes foram os vencimentos e vantagens fixas de pessoal civil, com R\$ 3,781 bilhões, ou 48,46%, as aposentadorias do regime próprio de Previdência Social, com R\$ 1,468 bilhão, ou 18,81% e os vencimentos e vantagens fixas de Pessoal Militar, com R\$ 798 milhões, ou 10,22%, que somados totalizam R\$ 6,046 bilhões, ou 77,50% do total das despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

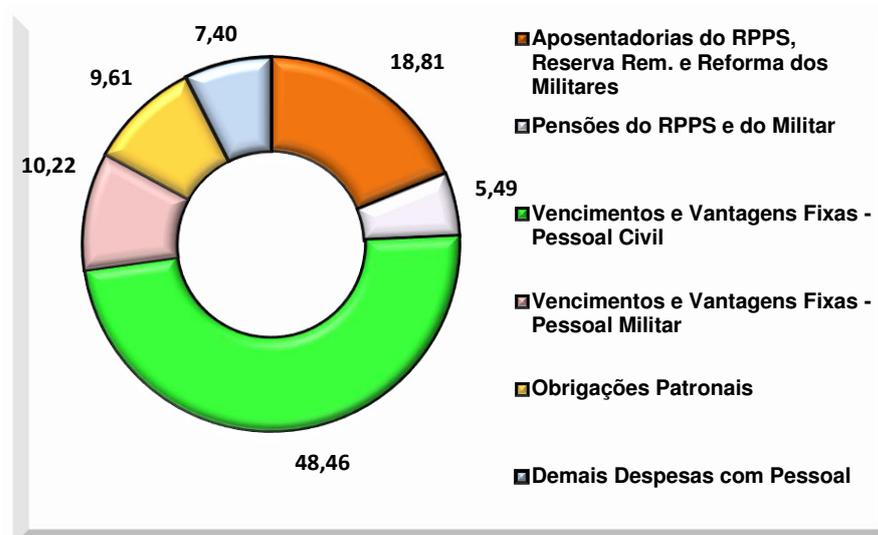
Tabela 22
Demonstrativo de Despesa de Pessoal e Encargos Sociais por Elemento R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2018	% Part.
Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma dos Militares	1.467.780	18,81
Pensões do RPPS e do Militar	428.393	5,49
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	3.780.781	48,46
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Militar	797.664	10,22
Obrigações Patronais	749.330	9,61
Demais Despesas com pessoal	577.467	7,40
TOTAL	7.801.415	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 17 são apresentados os principais elementos de despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Gráfico 17
Demonstrativo de Despesa com Pessoal e Encargos Sociais %



3.2.1.1 Pessoal e Encargos Sociais por Fonte/ Destinação de Recursos

Segundo o MCASP 7ª edição, "Como mecanismo integrador entre a receita e a despesa, o código de fonte/destinação de recursos exerce um duplo papel no processo orçamentário. Para a receita orçamentária, esse código tem a finalidade de indicar a destinação de recursos para a realização de determinadas despesas orçamentárias. Para a despesa orçamentária, identifica a origem dos recursos que estão sendo utilizados".

Não é tarefa das mais simples entender como se operacionaliza o controle de origem e destinação de recursos nos entes públicos. É importante saber que esse controle se dá por meio de Sistemas de Administração Financeira adotados pelos entes. No Estado do Amazonas, é realizado pelo Sistema de Administração Financeira Integrada – AFI, o qual controla de forma eficaz e eficiente todas as fontes de recursos utilizadas no Estado.

Na tabela 23 é demonstrada a despesa com Pessoal e Encargos Sociais por fonte de recurso. As fontes de valores mais expressivos são: Recursos Ordinários, com R\$ 4,997 bilhões, ou 64,06% e o FUNDEB, com R\$ 1,250 bilhão, ou 16,03%.

A fonte de Depósitos Judiciais da LC Nº 151/2015 também é destinada a cobrir despesas com precatórios. Em 2018 o Estado destinou para essa finalidade o valor de R\$ 15 milhões.

A fonte Fundo Financeiro do RPPS é destinada a cobrir despesas com aposentadorias e pensões da massa que compõe o Fundo Financeiro. No exercício de 2018 esta fonte contribuiu com R\$ 631 milhões. Os recursos arrecadados com a fonte do Fundo Financeiro do RPPS são insuficientes para cobrir as despesas com as aposentadorias e pensões. Por essa razão o Fundo necessitou de aporte de recursos ordinários no valor de R\$ 1,047 bilhão, sendo R\$ 1,031 bilhão do Poder Executivo e R\$ 16 milhões ao Poder Legislativo.

Tabela 23
Demonstrativo de Despesa com Pessoal por Fonte de Recurso

	R\$ Mil	
FONTE DE RECURSO	VALOR	% PART.
Recursos provenientes de Arrecadação de Tributos Estaduais	4.997.445	64,06
Cota parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal	563.592	7,22
Recursos do FTI	26	0,00
Recursos Diretamente Arrecadados	66.975	0,86
Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Superior	254.423	3,26
Recursos de Depósitos Judiciais da LC 151/2015	15.212	0,19
Recursos do FUNDEB	1.250.319	16,03
Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	2.918	0,04
Fundo Financeiro - RPPS	631.488	8,09
Fundo Previdenciário - RPPS	19.018	0,24
TOTAL	7.801.415	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

3.2.2 Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes com R\$ 7,692 bilhões, sendo R\$ 7,438 bilhões do Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública, R\$ 128 milhões do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas e R\$ 127 milhões do Poder Judiciário, incluindo o Ministério Público, este grupo faz frente à manutenção e funcionamento da máquina administrativa estadual, conforme quadro 03 em anexo.

Na tabela 24 apresenta-se o grupo Outras Despesas Correntes por elemento com R\$ 7,692 bilhões, os mais relevantes foram as Transferências a Municípios, com R\$ 2,526 bilhões, ou 32,84% e Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídica, com R\$ 1,323 bilhão, ou 17,20% .

Destaca-se o elemento Outras Despesas de Terceirização, decorrentes de Contrato de Terceirização, com R\$ 294 milhões, ou 3,83%, que representa as cooperativas médicas da área da Saúde. Este valor compõe a base de cálculo de pessoal para cumprimento dos limites da LRF.

Tabela 24
Demonstrativo de Outras Despesas Correntes por Elemento

DESCRIÇÃO	R\$ Mil	
	2018	% Part.
Transferências a Municípios	2.526.417	32,84
Material de Consumo	403.578	5,25
Passagens e Despesas com Locomoção	216.702	2,82
Outras Despesas de Terceirização decorrentes de Contrato de Terceirização	294.402	3,83
Locação de Mão de Obra	302.884	3,94
Outros Serviços de Terceiros - Pessoas Jurídica	1.323.330	17,20
Auxílio Alimentação	404.361	5,26
Despesas de Exercícios Anteriores	515.859	6,71
Indenizações e Restituições	668.325	8,69
Demais Despesas	1.036.519	13,47
TOTAL	7.692.377	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

3.2.2.1 Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

O total das distribuições de receitas aos Municípios no exercício de 2018 foi de R\$ 2,526 bilhões, comparando com o exercício de 2017 houve um acréscimo nominal de R\$ 281 milhões, com variação nominal de 12,51%, conforme tabela 25. Este resultado é o reflexo das medidas adotadas pelo Governo do Amazonas para o incremento da receita tributária

Evidencia-se a fonte do ICMS como a principal participação das transferências aos municípios, com 91,78%.

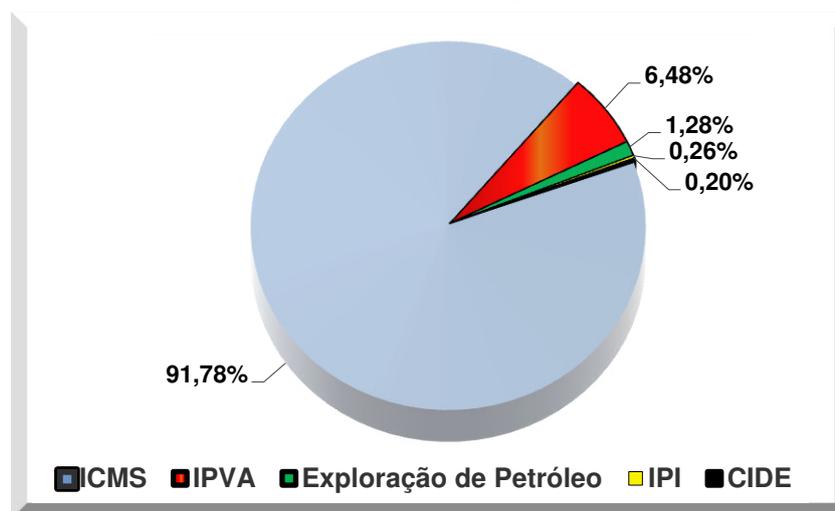
Tabela 25
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios

				R\$ Mil
FONTE	2017	2018	PART. %	VAR. %
ICMS	2.049.193	2.319.075	91,78	13,17
IPVA	159.757	163.482	6,48	2,33
Exploração de Petróleo	22.104	32.358	1,28	46,39
IPI	8.287	6.503	0,26	(21,53)
CIDE	6.250	5.000	0,20	(20,00)
TOTAL	2.245.591	2.526.417	100,00	12,51

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 18 são apresentadas as transferências aos municípios com o respectivo percentual de participação.

Gráfico 18
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios Perc.

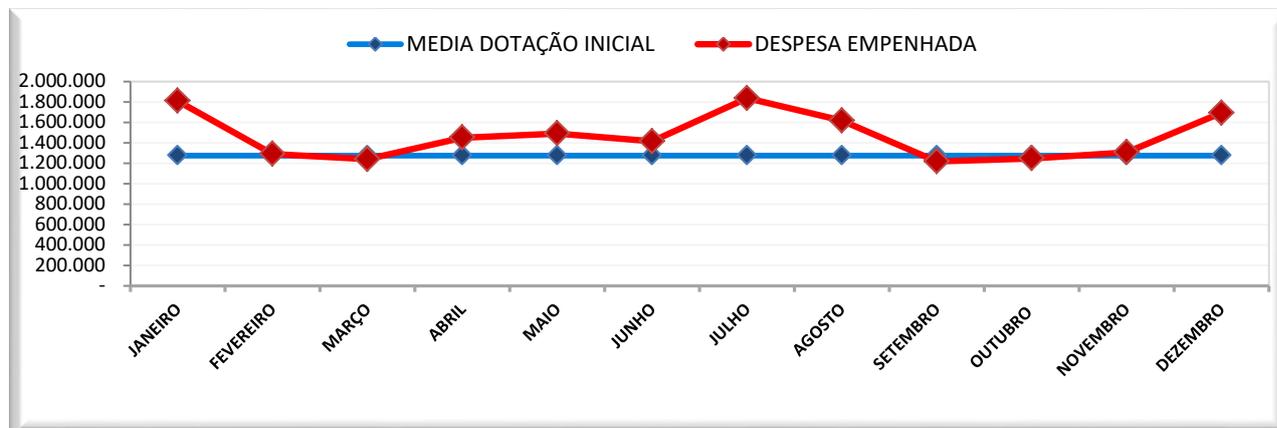


3.3 Evolução da Execução da Despesa

No gráfico 19 apresentamos a evolução da despesa empenhada neste exercício, observa-se um crescimento da despesa no mês de janeiro, justificado pelo empenhamento de saldos de contratos vigentes e nos meses de julho e dezembro pelo pagamento do décimo terceiro salário aos servidores.

Gráfico 19
Evolução da Despesa Empenhada

R\$ Mil



A tabela 26 apresenta as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo. Comparando os exercícios de 2014 e 2018, houve um acréscimo nominal de R\$ 2,065 bilhões, ou 13,27% e 2018 ante 2017 um acréscimo nominal de R\$ 2,306 bilhões, ou 15,05%.

Tabela 26
Evolução da Despesa Empenhada por Categoria Econômica

R\$ Mil

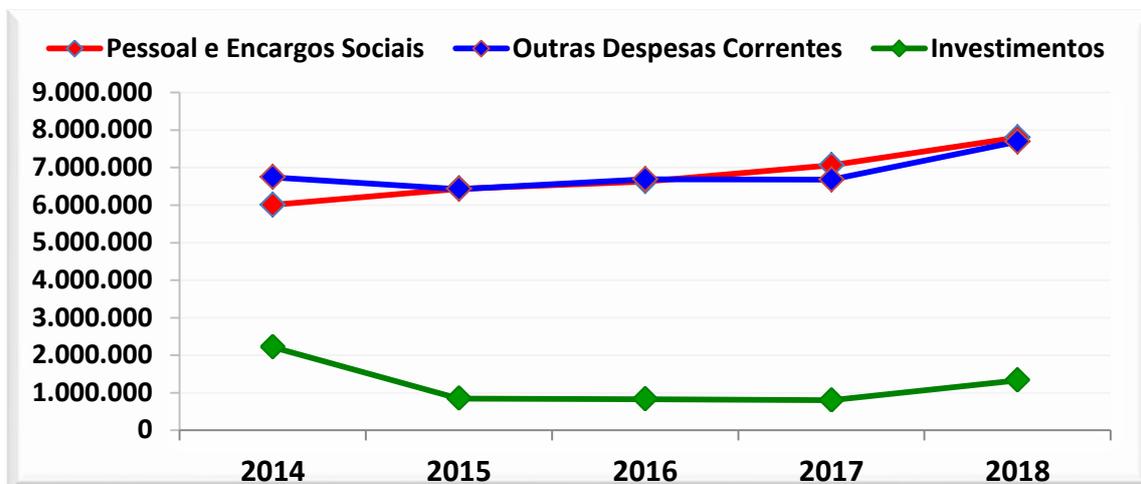
ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018	VAR. %	
						2018/ 2014	2018/ 2017
DESPESAS CORRENTES	13.003.760	13.191.277	13.661.675	14.070.263	15.810.767	21,59	12,37
Pessoal e Enc. Sociais.	6.005.699	6.436.012	6.629.781	7.062.747	7.801.415	29,90	10,46
d/q modalidade 91	347.676	431.768	550.490	555.571	681.281	95,95	22,63
Juros e Enc. da Dívida	257.205	326.649	344.510	327.258	316.974	23,24	(3,14)
Outras Despesas Correntes	6.740.856	6.428.616	6.687.383	6.680.258	7.692.377	14,12	15,15
d/q modalidade 91	37.188	33.222	38.271	44.910	39.331	5,76	(12,42)
DESPESAS DE CAPITAL	2.561.534	1.286.216	1.335.585	1.254.634	1.819.892	(28,95)	45,05
Investimentos	2.214.697	845.144	829.596	797.527	1.329.388	(39,97)	66,69
Inversões Financeiras	15.747	51.783	103.910	25.854	2.205	(86,00)	(91,47)
Amortização da Dívida	331.090	389.289	402.079	431.253	488.299	47,48	13,23
TOTAL	15.565.294	14.477.492	14.997.260	15.324.897	17.630.658	13,27	15,05

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

No gráfico 20 apresentamos a evolução dos principais grupos de despesas.

Gráfico 20
Comparativo das Principais Despesas– 2014 e 2018

Mil



3.4 Despesa por Função

As funções demonstram a área de atuação do governo. Na tabela 27 e gráfico 21 são apresentadas as despesas empenhadas por função, comparando 2018 em relação a 2017, com o percentual de participação em cada exercício e variações ocorridas.

Em termos de maior aplicação, destacam-se as funções Encargos Especiais, com R\$ 3,557 bilhões, ou 20,18%; Educação, com R\$ 3,029 bilhões, ou 17,18%, Saúde, com R\$ 2,824 bilhões, ou 16,02%, Segurança Pública, com R\$ 1,940 bilhão, ou 11,00% e Previdência Social com R\$ 1,788 bilhão ou 10,14% de participação do total da despesa.

Tabela 27
Comparativo da Despesa Empenhada Por Função

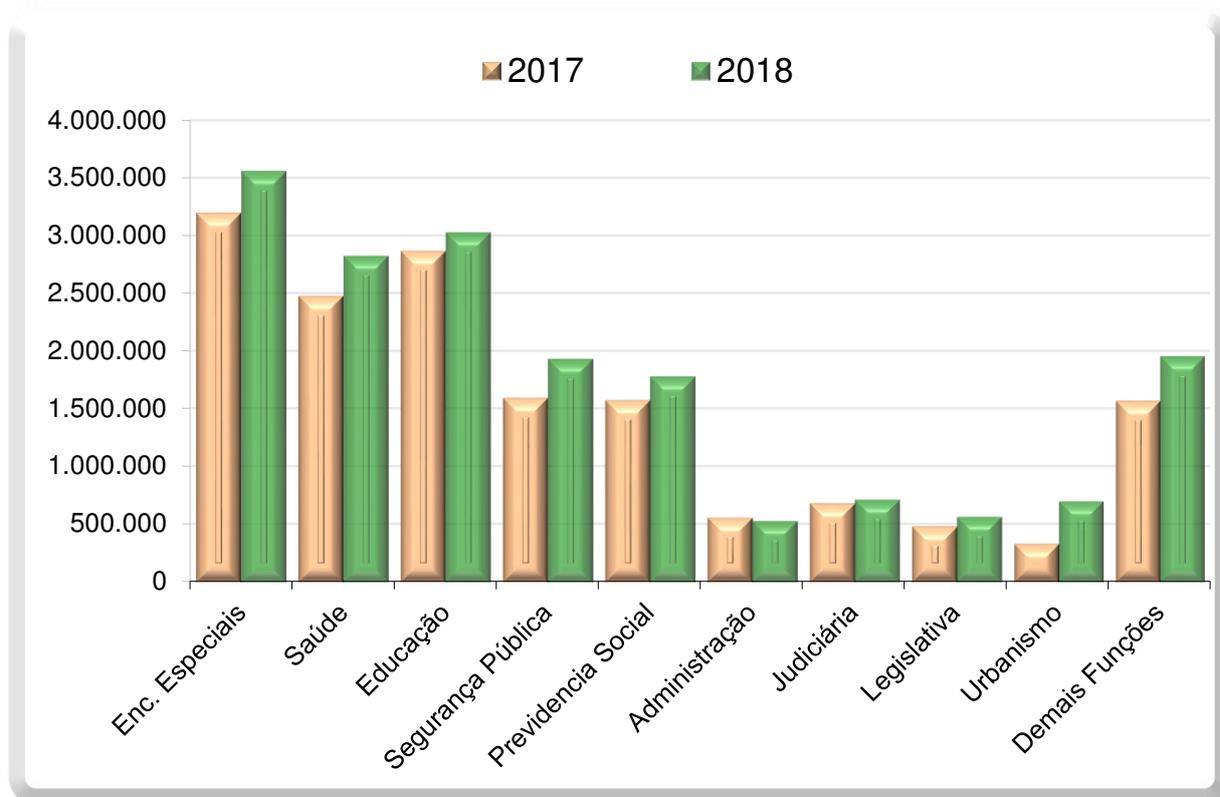
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil				
		2017	PART. %	2018	PART. %	VAR. %
1	Legislativa	482.447	3,15	571.990	3,24	18,56
2	Judiciária	680.523	4,44	719.155	4,08	5,68
3	Essencial à Justiça	307.381	2,01	429.876	2,44	39,85
4	Administração	555.880	3,63	535.549	3,04	(3,66)
6	Segurança Pública	1.591.602	10,39	1.940.150	11,00	21,90
8	Assistência Social	66.076	0,43	62.682	0,36	(5,14)
9	Previdência Social	1.572.025	10,26	1.787.623	10,14	13,71
10	Saúde	2.477.349	16,17	2.823.947	16,02	13,99
11	Trabalho	7.670	0,05	9.560	0,05	24,64
12	Educação	2.867.545	18,71	3.028.643	17,18	5,62
13	Cultura	95.347	0,62	133.404	0,76	39,91
14	Direitos da Cidadania	429.729	2,80	506.921	2,88	17,96
15	Urbanismo	332.658	2,17	705.526	4,00	112,09
16	Habituação	22.163	0,14	29.065	0,16	31,14
17	Saneamento	56.085	0,37	80.449	0,46	43,44
18	Gestão Ambiental	41.811	0,27	44.397	0,25	6,18
19	Ciência e Tecnologia	40.784	0,27	66.720	0,38	63,59
20	Agricultura	135.239	0,88	231.416	1,31	71,12
21	Organização Agrária	25.742	0,17	20.314	0,12	(21,09)
23	Comércio e Serviços	36.057	0,24	98.854	0,56	174,16
24	Comunicações	79.568	0,52	81.647	0,46	2,61
26	Transporte	188.310	1,23	120.397	0,68	(36,06)
27	Desporto e Lazer	37.188	0,24	44.823	0,25	20,53
28	Encargos Especiais	3.195.716	20,85	3.557.550	20,18	11,32
TOTAL		15.324.897	100,00	17.630.658	100,00	15,05

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Evidenciam-se assim as prioridades do governo estadual, cumprindo as transferências constitucionais e legais aos municípios, o pagamento das dívidas fundadas e precatórios, e dando especial atenção às áreas da saúde, educação, segurança pública e previdência Social as quais correspondem a 74,52% do total empenhado no exercício.

Gráfico 21
Despesa Empenhada por Função

R\$ Mil



3.5 Despesa de Capital

Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital. As Despesas de Capital tem como um dos objetivos promover investimentos para o desenvolvimento econômico.

Na tabela 28 e gráfico 22 são demonstrados os investimentos do governo por fonte de recurso, totalizando R\$ 1,329 milhões, sendo R\$ 569 milhões com fontes de Operações de Crédito, R\$ 253 milhões com fontes de Transferências Federais e R\$ 507 milhões com fontes do Estado, já incluídos os investimentos empenhados por conta do superávit financeiro de 2017.

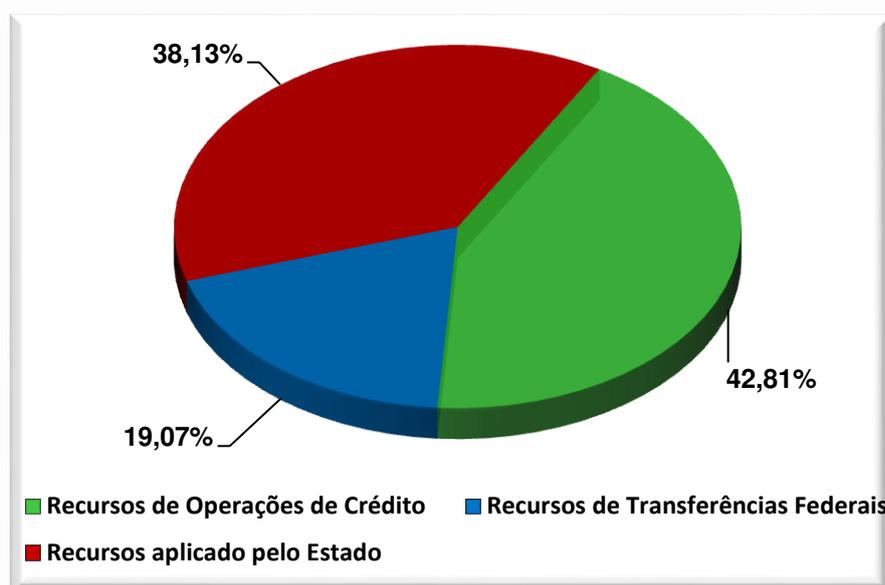
Tabela 28
Despesa Empenhada em Investimentos por Fonte

INVESTIMENTO	EMPENHADO	R\$ Mil PART. %
Recursos de Operações de Crédito	569.056	42,81
Recursos de Transferências Federais	253.449	19,07
Recursos aplicados pelo Estado	506.883	38,13
TOTAL	1.329.388	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 22
Investimentos por Fonte

Percentual



Na tabela 29 é demonstrada a execução orçamentária das Operações de Crédito, sendo R\$ 378 milhões de operações internas, com participação de 66,35% e R\$ 191 milhões, ou 33,65%, de operações externas, já incluídos os superávits financeiros apurados no balanço de 2017.

Tabela 29
Execução das Operações de Crédito

			R\$ Mil
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	CREDOR	EMPENHADO	% Part
INTERNA		377.554	66,35
Av das Torres com AM 010	CEF	13.415	2,36
Programa de Sustentabilidade de Investimentos públicos - PROSIP	BB	123.057	21,62
Programa de Apoio às Despesas de Capital - PRODECAP	BB	230.201	40,45
PROINVESTE	BB	1.021	0,18
PROINFRA	BB	9.859	1,73
EXTERNA		191.502	33,65
PROSAMIM III	BID	30.210	5,31
Programa Sócio ambiental dos Igarapés de Manaus - CAF	CAF	591	0,10
Programa de Saneamento Integrado de Maués - PROSAIMAUÉS	BID	46.025	8,09
PROCONFIS - BID	BID	41.067	7,22
Prog. de Aceleração do Desenv. da Educ. do Amazonas - PADEAM	BID	73.609	12,94
TOTAL		569.056	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

3.6 Repasse aos Poderes

No exercício de 2018, foi repassado aos Poderes, incluindo a Defensoria Pública, o total de R\$ 1,555 bilhão que, comparado com o exercício de 2017, apresentou uma variação nominal positiva de R\$ 242 milhões ou 18,43%, conforme demonstramos na tabela 30 e gráfico 23.

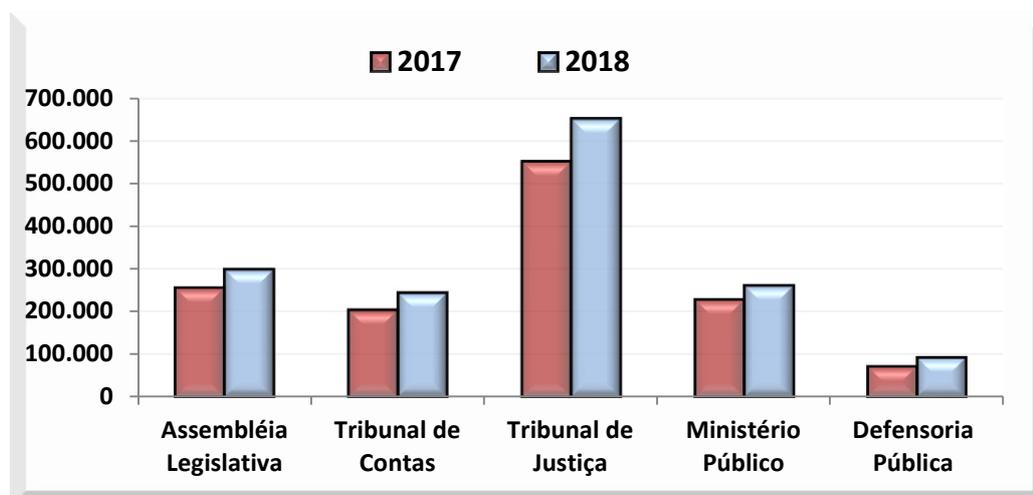
Tabela 30
Repasse aos Poderes

			R\$ Mil
ORGÃO	2017	2018	VARIAÇÃO
Assembleia Legislativa	256.161	301.072	17,53
Tribunal de Contas	204.928	245.594	19,84
Tribunal de Justiça	551.436	653.289	18,47
Ministério Público	228.837	262.473	14,70
Defensoria Pública	71.725	92.637	29,16
TOTAL	1.313.087	1.555.064	18,43

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 23
Repassse aos Poderes

R\$ Mil



4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar Federal n.º 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, a Lei Orçamentária Anual – LOA - Lei n.º. 4.540, de 29 de dezembro de 2017, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Os balanços Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais foram apresentados pela metodologia de consolidação, ou seja, excluindo a dupla contagem das transações ou saldos entre Unidades Gestoras, conforme o Manual De Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Neste exercício, efetuamos as análises nos balanços orçamentário, financeiro, patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração de Fluxo de Caixa considerando dois exercícios, 2017 e 2018 para atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

4.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da lei nº 4.320/64, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e o resultado orçamentário do exercício apurado.

O Estado do Amazonas apresentou um superávit orçamentário de R\$ 388 milhões em 2018, no entanto, analisando sob o enfoque da utilização do superávit financeiro de 2017, se desconsiderar as despesas empenhadas com recursos de exercícios anteriores, no total de R\$ 826 milhões, conforme demonstrada por fonte de recurso no quadro 01, em anexo, correspondente à utilização de créditos orçamentários abertos por conta daquele superávit financeiro, temos um superávit orçamentário, no exercício, de R\$ 1,213 bilhão, o qual apresentamos sinteticamente na tabela 31.

Tabela 31
Comparativo do Balanço Orçamentário

			R\$ Mil
FONTE	2018	2017	VAR %
Receita Prevista Atualizada (I)	18.333.007	16.153.261	13,49
Receita Realizada (II)	18.018.318	15.578.694	15,66
Superávit / Déficit de Arrecadação (III) = (II-I)	(314.689)	(574.567)	(45,23)
Despesa Atualizada (IV)	19.027.283	16.942.985	12,30
Despesa Empenhada (V)	17.630.658	15.324.897	15,05
Economia Orçamentária (VI) = (IV-V)	1.396.624	1.618.089	(13,69)
Superávit / Déficit Orçamentário (VII) = (II-V)	387.660	253.798	52,74
Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)	825.872	578.282	42,81
Superávit Orçamentário (IX) = (VII + VIII)	1.213.532	832.080	45,84

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Na tabela 32, demonstramos o resultado da execução orçamentária, por categoria econômica, que apresenta, também, um superávit orçamentário em 2018 de R\$ 388 milhões, novamente, se desconsiderarmos as despesas empenhadas com base no superávit financeiro de 2017, no total de R\$ 826 milhões as quais não têm a receita correspondente no exercício de 2018, temos um superávit orçamentário de R\$ 1,213 bilhão.

Tabela 32
Resultado da Execução Orçamentária

FONTE	2018	2017	R\$ Mi VAR. %
Receitas Correntes (I)	17.301.577	15.248.007	13,47
Despesas Correntes (II)	15.810.767	14.070.263	12,37
Resultado do Orçamento Corrente (III) = (I-II)	1.490.810	1.177.744	26,58
Receitas de Capital (IV)	716.741	330.687	116,74
Despesas de Capital (V)	1.819.892	1.254.634	45,05
Resultado do Orçamento de Capital (VI) = (IV-V)	(1.103.150)	(923.946)	19,40
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO DE EXECUÇÃO (VII) = (III+VI)	387.660	253.798	52,74
Despesa pelo Superávit Financeiro (VIII)	825.872	578.282	42,81
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (IX) = (VII+VIII)	1.213.532	832.080	45,84

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Atendendo as orientações do Manual de Contabilidade – STN e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, NBC T 16.6, foram adicionados ao Balanço Orçamentário dois anexos, sendo o primeiro Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados com saldo de R\$ 148 milhões e o segundo Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e Não processados Liquidados, com saldo de R\$ 19 milhões.

Considera-se Restos a Pagar Não Processados Liquidados aqueles inscritos no exercício como Restos a Pagar Não Processados e no exercício seguinte liquidados, mas não pagos até 31 de dezembro.

4.2 Balanço Financeiro

De acordo com o Art. 103 da Lei nº 4.320/64 e a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis, o Balanço Financeiro demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentárias, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O resultado financeiro apurado em 2018 (diferença entre o somatório das receitas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas ingressos e o somatório das despesas orçamentárias e extraorçamentárias, denominadas dispêndios) foi positivo em R\$ 591 milhões. O mesmo resultado pode ser obtido através da diferença entre as disponibilidades, ou seja, o saldo para o exercício seguinte menos o saldo do exercício anterior.

Apresentamos, na tabela 33 e gráfico 24, uma síntese do resultado do Balanço Financeiro do Estado do exercício de 2018.

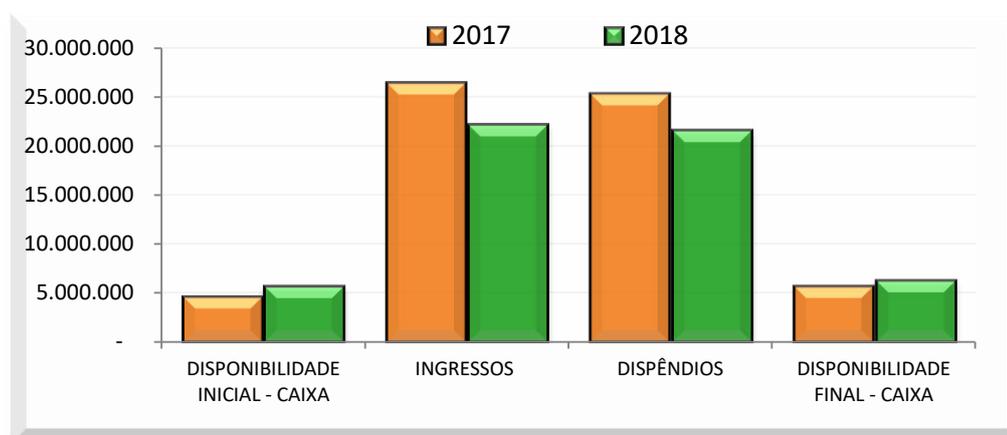
Tabela 33
Demonstrativo do Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	R\$ Mil VAR.%
INGRESSOS (I+II)	22.200.590	26.429.603	(16,00)
Receita Orçamentária (I)	18.018.318	15.578.694	15,66
Recebimentos Extraorçamentários (II)	4.182.272	10.850.909	(61,46)
Saldo do Exercício Anterior	5.733.448	4.639.045	23,59
DISPÊNDIOS (III+IV)	21.609.621	25.335.199	(14,71)
Despesa Orçamentária (III)	17.630.658	15.324.897	15,05
Pagamentos Extraorçamentários (IV)	3.978.963	10.010.303	(60,25)
Saldo para o Exercício Seguinte	6.324.417	5.733.448	10,31
RESULTADO FINANCEIRO ((I+II) - (III+IV))	590.969	1.094.403	46,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Nota: Receita e Despesa orçamentárias estão incluídas as intraorçamentárias

Gráfico 24
Demonstrativo da Síntese do Fluxo de Caixa



4.3 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a NBC T 16.6 (R1) – Demonstrações Contábeis, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em suas Resoluções e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP - 7ª edição. Esta Demonstração permite a análise da capacidade de o Estado gerar caixa e equivalentes de caixa para manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

No exercício de 2018, o resultado de caixa e equivalente de caixa foi positivo em R\$ 591 milhões, sendo R\$ 1,591 bilhão de Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, R\$ 1,188 bilhão negativos de Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento e R\$ 188 milhões de Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento.

Tabela 34
Demonstrativo de Fluxo de Caixa

	R\$ Mil		
TÍTULOS	2018	2017	VAR. %
LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.591.015	1.732.449	(8,16)
Ingressos	20.629.319	25.089.853	(17,78)
Desembolsos	19.038.304	23.357.404	(18,49)
LÍQUIDO DE FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.187.703)	(497.979)	138,50
Ingressos	40.786	39.501	3,25
Desembolsos	1.228.489	537.480	128,56
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	187.657	(140.066)	(233,98)
Ingressos	675.955	291.187	132,14
Desembolsos	488.299	431.253	13,23
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	590.969	1.094.403	(46,00)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	5.733.448	4.639.045	23,59
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.324.417	5.733.448	10,31

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

4.4 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil evidenciada pelas seções de ativo (bens e direitos) e passivo (obrigações), indicando a situação patrimonial líquida do Estado.

A NBC T – 16.2, Patrimônio e Sistemas Contábeis, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC em suas resoluções, definiu cada um dos elementos que compõem o Balanço Patrimonial.

*“**Ativo** são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços;*

*“**Passivo** são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços;*

*“**Patrimônio Líquido** é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.”*

O Patrimônio líquido (diferença entre o somatório do ativo e passivo real) foi de R\$ 5,006 bilhões no exercício de 2018, conforme apresentamos na tabela 35.

O recurso para abertura de créditos suplementares e especiais no exercício seguinte ao da apuração é representado pelo “superávit financeiro” obtido pela diferença entre o ativo financeiro e passivo financeiro, que resultou em R\$ 4,235 bilhões, sendo R\$ 3,418 bilhões superávit financeiro da Fundação AMAZONPREV e R\$ 817 milhões dos demais órgãos do estado, incluindo os poderes, conforme apresentado no anexo 14.

Comparando o Imobilizado apurado em 2018, no valor de R\$ 7,861 bilhões, com o valor de R\$ 8,719 bilhões ante 2017, houve uma variação negativa de R\$ 858 milhões ou 9,84% que representa ajustes de exercícios anteriores.

O Imobilizado, no anexo 14 - Balanço Patrimonial de 2018, não reflete a realidade, tendo em vista que os Bens Móveis e Imóveis foram registrados pelos valores correntes da época de aquisição ou construção. É necessária uma reavaliação do Imobilizado do Estado para atualização dos registros contábeis.

Tabela 35
Demonstrativo do Balanço Patrimonial

	R\$ Mil		
TÍTULOS	2018	2017	VAR. %
ATIVO CIRCULANTE	7.531.765	6.656.049	13,16
Caixa e Equivalente de Caixa	2.670.191	2.746.829	(2,79)
Créditos a Curto Prazo	959.641	717.289	33,79
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	328.597	329.449	(0,26)
Investimentos e Aplicações Temp. a Curto Prazo	3.390.999	2.723.481	24,51
Estoques	181.478	138.734	30,81
VPD Pagas Antecipadamente	859	268	221,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	11.184.457	11.841.386	(5,55)
Realizável a Longo Prazo	1.884.538	1.767.410	6,63
Investimentos	1.424.520	1.341.895	6,16
Imobilizado	7.860.600	8.718.878	(9,84)
Intangível	14.799	13.203	12,09
Total do Ativo (I)	18.716.222	18.497.435	1,18
Passivo Circulante	1.101.404	1.123.826	(2,00)
Passivo não Circulante	12.609.086	10.755.996	17,23
Total do Passivo (II)	13.710.491	11.879.822	15,41
Patrimônio Líquido (III) = (I-II)	5.005.731	6.617.613	(24,36)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.4.1 Resultado do Patrimônio Líquido

O Estado apresentou em 2018 um Patrimônio Líquido acumulado de R\$ 5,006 bilhões, com uma variação negativa ante 2017 de 24,36% ou R\$ 1,612 bilhão.

Os ajustes de exercícios anteriores no valor de R\$ 2,486 bilhões negativos, referem-se principalmente, à baixa de saldos registrados na Unidade Gestora 14102 - SEFAZ Centralizadora, totalizando R\$ 1,736 bilhões, sendo R\$ 387 milhões referente a bens móveis, R\$ 460 milhões a bens imóveis e R\$ 888 milhões a obras e andamento. O maior

montante deste saldo remonta de exercícios anteriores a 2004, quando os registros do imobilizado pertencente à Administração Direta do Poder Executivo eram efetuados na UG SEFAZ centralizadora.

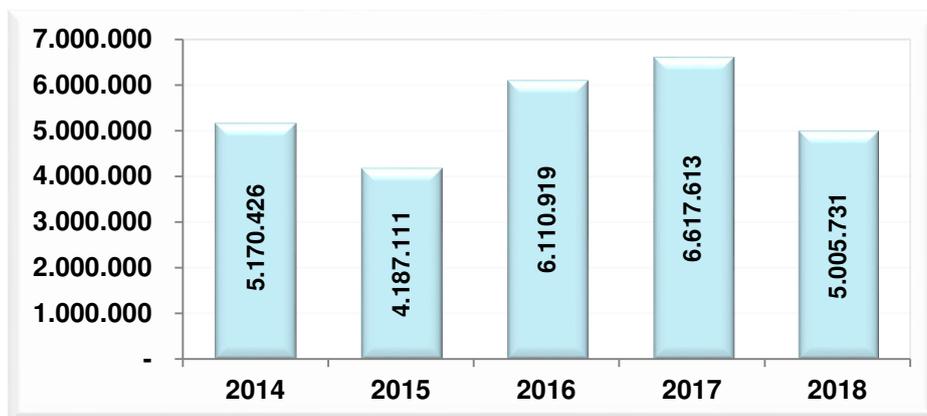
Os ajustes de avaliação patrimonial negativo em R\$ 3 milhões, refere-se a registro de reavaliação de imóveis da Unidade Gestora AMAZONPREV.

Tabela 36
Patrimônio Líquido

EXERCÍCIO	RESULTADO DO EXERCÍCIO	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	SALDO PATRIMONIAL ACUMULADO	R\$ Mil
					VAR. %
2014	(556.990)	(115.681)	2.717	5.170.426	(11,47)
2015	(457.149)	(532.109)	5.944	4.187.111	(19,02)
2016	2.560.815	(642.423)	5.416	6.110.919	45,95
2017	999.547	(497.201)	4.347	6.617.613	8,29
2018	878.118	(2.486.576)	(3.423)	5.005.731	(24,36)

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Gráfico 25
Evolução do Patrimônio Líquido– 2014 a 2018 R\$ Mil



4.5 Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais, conforme dispõe a Lei Federal nº 4.320/64 evidencia as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da

execução orçamentária, abrange as alterações positivas e negativas ocorridas no patrimônio.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - STN, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas decorrem de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as qualitativas são provenientes de transações que alteram a composição patrimonial sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial é apurado através da diferença entre os somatórios das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas. No exercício de 2018, foi apurado um resultado positivo de R\$ 878 milhões, conforme demonstrado na tabela 37.

Tabela 37
Demonstrativo das Variações Patrimoniais

	R\$ Mil		
TÍTULO	2018	2017	VAR. %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	22.992.794	19.072.815	20,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.178.816	8.666.042	17,46
Contribuições	3.629.444	2.822.242	28,60
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	192.931	189.935	1,58
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	612.301	561.279	9,09
Transferências e Delegações Recebidas	5.432.412	5.209.166	4,29
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo	2.301.366	1.289.529	78,47
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	645.525	334.622	92,91
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	22.114.676	18.073.267	22,36
Pessoal e Encargos	5.939.166	5.266.804	12,77
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.944.886	1.739.182	11,83
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	3.003.562	3.053.856	(1,65)
Variações Patrimoniais diminutivas Financeiras	918.278	473.989	93,73
Transferências e Delegações Concedidas	4.720.071	4.100.118	15,12
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.213.931	1.974.431	62,78
Tributárias	130.986	117.960	11,04
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.243.796	1.346.929	66,59
RESULTADO PATRIMONIAL	878.118	999.547	(12,15)

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

4.6 Depreciação do Imobilizado

A depreciação dos Bens Móveis foi implementada observando a NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.136/08 e da macrofunção 020330, editada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, adotada pelo Estado como metodologia de cálculo seguindo o método linear de cotas constantes que considera a Vida Útil e Valor Residual de cada bem. Na Fundação AMAZONPREV, a depreciação dos bens móveis segue o método de taxas fiscais (Tabela da Receita Federal) e para os Bens Imóveis a metodologia linear de cotas constantes definida pelo Ministério da Previdência Social.

O procedimento foi aplicado inicialmente na Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ para os bens móveis adquiridos e/ou incorporados no exercício de 2010, a partir de 2011 os órgãos foram aderindo ao procedimento de depreciação gradativamente, considerando o ponto de corte, o exercício de adesão de cada órgão. Até 2018 foram incluídas 60 (Sessenta) Unidades Gestoras, totalizando uma depreciação acumulada de R\$ 135 milhões, sendo R\$ 129 milhões para os Bens Móveis, R\$ 2 milhões para os Bens Imóveis e R\$ 3 milhões de Intangíveis, conforme demonstrados na tabela 38.

Tabela 38
Depreciação de Bens Móveis e Imóveis

	R\$ Mil	
DEPRECIÇÃO	DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATÉ 2017	DEPRECIÇÃO / AMORTIZAÇÃO ACUMULADA ATÉ 2018
Bens Móveis	90.230	129.186
Bens Imóveis	1.821	2.117
Intangível	2.293	3.494
TOTAL	94.344	134.796

Fonte: Sistema de Administração de Bens Patrimoniais - ABP/SEFAZ, AJURI/ SEAD e AMAZONPREV

5. BALANÇOS DAS EMPRESAS PÚBLICAS

Demonstramos no quadro 04, em anexo, uma síntese dos balanços patrimoniais das empresas públicas, apresentados até o fechamento deste relatório, com as respectivas participações percentuais do Estado no capital de cada empresa.

6 GESTÃO DA DÍVIDA

6.1 Dívida Ativa

Em 2018 foram inscritos em Dívida Ativa valores que totalizaram R\$ 1,767 bilhões, representando 33,42% do saldo da Dívida Ativa em 31/12/2017, sendo R\$ 1,674 bilhão tributário e R\$ 93 milhões, não tributários. Os valores arrecadados no exercício foram na ordem de R\$ 26 milhões, representando 0,49% do saldo do estoque da dívida existente em 2017, sendo R\$ 25 milhões tributário e R\$ 1 milhão não tributário. Os ajustes de exercícios anteriores foram negativos em R\$ 45 milhões representando -0,85% do saldo de 2017, sendo R\$ 74 milhões negativo tributário e R\$ 29 milhões positivo não tributário.

Ocorreram, ainda, baixa de Certificados de Dívida Ativa–CDA no valor total de R\$ 37 milhões, representando 0,70% do saldo da dívida de 2017, sendo R\$ 8 milhões tributário e R\$ 29 milhões não tributário e renúncia de CDA tributário (Anistia Fiscal) de R\$ 5 milhões, representando 0,09% do saldo da dívida de 2017.

O saldo final do estoque da dívida em 2018 foi de R\$ 6,943 bilhões, com acréscimo nominal de 31,28% ante 2017, sendo R\$ 6,448 bilhões tributário e R\$ 495 milhões não tributário, conforme demonstramos sinteticamente na tabela 39.

Tabela 39
Demonstrativo da Dívida Ativa

DÍVIDA ATIVA				R\$ Mil	
	TRIBUTÁRIO	NÃO TRIBUTÁRIO	TOTAL	% sobre 2017	
Saldo em 31/12/2017	4.885.296	403.121	5.288.416		
(+) Inscrições em 2018	1.673.624	93.558	1.767.182	33,42	
(+) Ajustes de Exercícios Anteriores	(73.765)	28.779	(44.985)	(0,85)	
(-) Arrecadação da Dívida Ativa em 2018	24.708	1.334	26.042	0,49	
(-) Baixa de CDA's em 2018	7.984	29.219	37.202	0,70	
(-) Renúncia de CDA'S em 2018 (Anistia Fiscal)	4.837	0,00	4.837	0,09	
Saldo em 31/12/2018	6.447.627	494.905	6.942.532	31,28	

Fonte: Secretaria Executiva da Receita

6.2 Dívida Pública

Constituem a dívida pública do Estado: a Dívida Fundada ou consolidada (interna e externa) e a Dívida Flutuante ou administrativa, enquanto estas são os compromissos de curto prazo representando 21,27% do total, aquelas são compostas por obrigações de médio e longo prazo e representam 78,73% desse total, sendo oriunda de contratos dentre os quais destacamos:

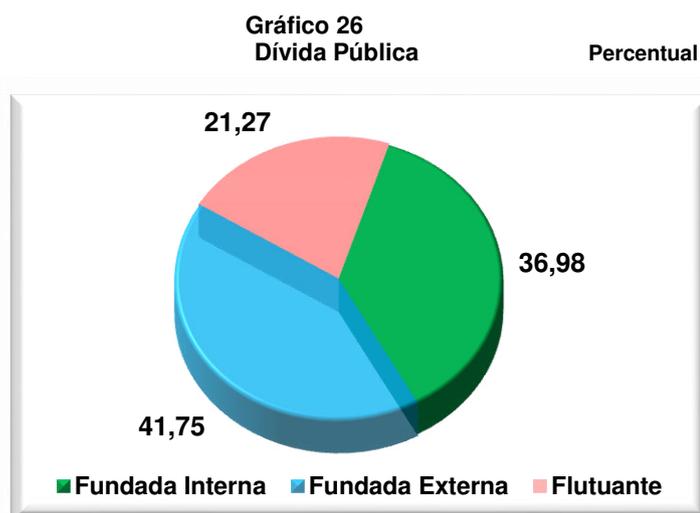
- Os contratos de Operações Externas, no âmbito dos programas, Zona Franca Verde, PROCONFIS (BID e BIRD), PROSAMIM, PROSAIMAUÉS, PROSAMIM – CAF e Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas – PADEAM;
- Os contratos de Operações Internas, no âmbito dos programas PROINVEST, PROINFRA, PROSIP, PRODECAP, Ponte Rio Negro, PEF 01 e 02, Construção da Arena da Amazônia, Cobertura da Arena da Amazônia, Projeto Duplicação da AM 070 Manaus – Manacapuru, Projeto Avenida das Torres com AM 010, PRO-SANEAMENTO, PROAMA, PRO-MORADIA, Projeto Minha Casa Minha Vida e dívidas refinanciadas com a União.

A dívida pública no Estado do Amazonas apresentou um saldo, em 31/12/2018, de R\$ 8,822 bilhões, com variação ante 2017 de 9,29%, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 40 e Gráfico 26.

Tabela 40
Dívida Pública **R\$ Mil**

DÍVIDA	VALOR		%	
	2017	2018	PART.	VAR.
Fundada Interna	3.101.371	3.262.108	36,98	5,18
Fundada Externa	3.101.874	3.683.398	41,75	18,75
Flutuante	1.869.155	1.876.955	21,27	0,42
TOTAL	8.072.400	8.822.461	100,00	9,29

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI



A dívida fundada total de R\$ 6,945 bilhões, representa 26,26% do limite global de 2(duas) vezes a receita corrente líquida que em 2018 totalizou R\$ 26,445 bilhões, estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 40 art. 3º inciso I, deixando o Estado bastante confortável em relação à legislação, com referência ao grau de endividamento total.

No exercício financeiro de 2018, houve um acréscimo de 11,97% no total do estoque da Dívida Fundada, em relação ao exercício de 2017, motivado pela contratação de nova Operação de crédito.

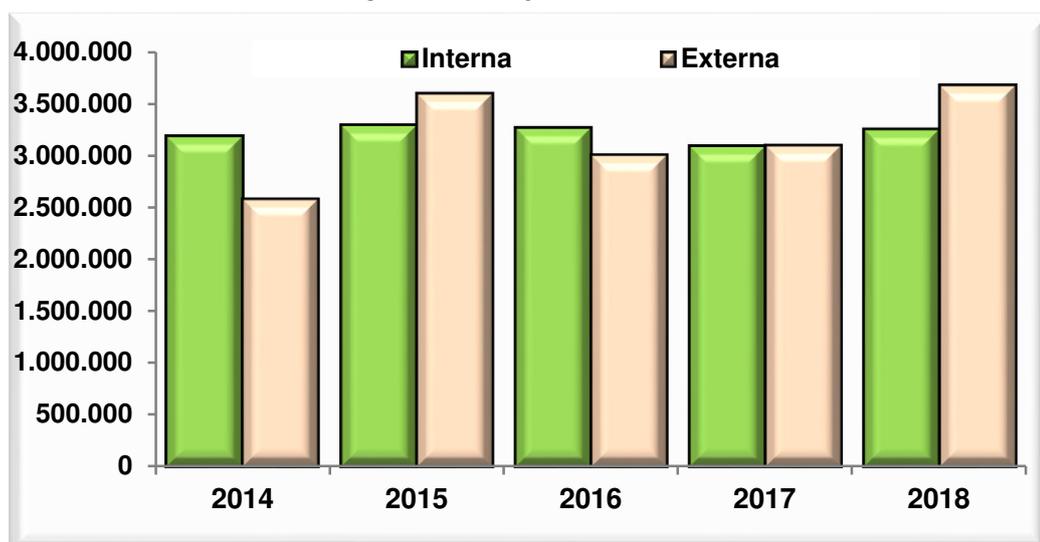
Na tabela 41 e gráfico 27 apresentamos a evolução da dívida fundada dos últimos 5 anos.

Tabela 41
Comparativo da Dívida Fundada X Receita Corrente Líquida

DÍVIDA	2014	2015	2016	2017	2018
Interna	3.194.766	3.303.259	3.277.615	3.101.371	3.262.108
Externa	2.584.946	3.603.655	3.009.077	3.101.874	3.683.398
TOTAL	5.779.712	6.906.914	6.286.692	6.203.245	6.945.506
RCL do Exercício	11.039.956	10.998.994	11.395.631	12.052.493	13.222.391
Div. Fundada / RCL (%)	52,35	62,88	55,17	51,47	52,53

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 27
Evolução do Estoque da Dívida Fundada



6.3 Dívida Flutuante

Demonstramos na tabela 42 e gráfico 28 a Dívida Flutuante ou Administrativa que totalizou em R\$ 1,877 bilhão, destacam-se os grupos Valores Restituíveis com R\$ 776 milhões ou 41,35% do total, que representa os saldos de Consignações, Garantias, Depósitos Judiciais e não Judiciais. Os Restos a Pagar não Processados com R\$ 734 milhões ou 39,11% e os Restos a Pagar Processados com R\$ 319 milhões ou 16,99%.

Tabela 42
Demonstrativo da Dívida Flutuante

TÍTULO	VALOR	R\$ Mil
		PART. %
Valores Restituíveis	776.059	41,35
Outras Obrigações	47.900	2,55
Restos a Pagar Processados	318.874	16,99
Restos a Pagar Não Processados	734.122	39,11
TOTAL	1.876.955	100,00

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI

Gráfico 28
Dívida Flutuante

R\$ Mil



7 GESTÃO FISCAL

7.1 Gastos com Pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

A RCL é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzidas

as participações constitucionais e legais dos Municípios e as deduções para formação do FUNDEB e das contribuições previdenciárias.

O Estado do Amazonas, em 2018, apurou uma despesa líquida total com pessoal de 55,88% em relação à receita corrente líquida – RCL, cabendo ao Poder Executivo 48,33%, ao Poder Legislativo 2,58%, ao Poder Judiciário 3,51% e ao Ministério Público 1,46%, conforme demonstrado na tabela 43.

Tabela 43
Demonstrativo de Gastos com Pessoal

DESPESAS DE PESSOAL	R\$ Mil	
	Últimos 12 meses	% Desp. s/ RCL
PODER EXECUTIVO (I)	6.390.089	48,33
Pessoal Ativo	4.821.446	36,46
Pessoal Inativo e Pensionista	1.768.683	13,38
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º da LRF)	473.075	3,58
(-) Decorrentes de decisão Judicial	28.304	0,21
(-) Despesas de Exercícios Anteriores	7.886	0,06
(-) Indenizações por Demissão	967	0,01
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	635.958	4,81
PODER LEGISLATIVO (II)	341.485	2,58
Assembléia Legislativa - ALE	167.806	1,27
Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - TCE	173.679	1,31
PODER JUDICIÁRIO (III)	463.483	3,51
Tribunal de Justiça	463.483	3,51
MINISTÉRIO PÚBLICO (IV)	193.203	1,46
Procuradoria Geral de Justiça	193.203	1,46
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL TOTAL (I+II+III+IV)	7.388.261	55,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	13.222.391	
LIMITE MÁXIMO (60% da RCL)	7.933.435	
LIMITE PRUDENCIAL (95% do Limite Máximo)	7.536.763	

Fonte: Sistema de Administração Financeira – AFI
Valores calculados e publicados por cada Poder

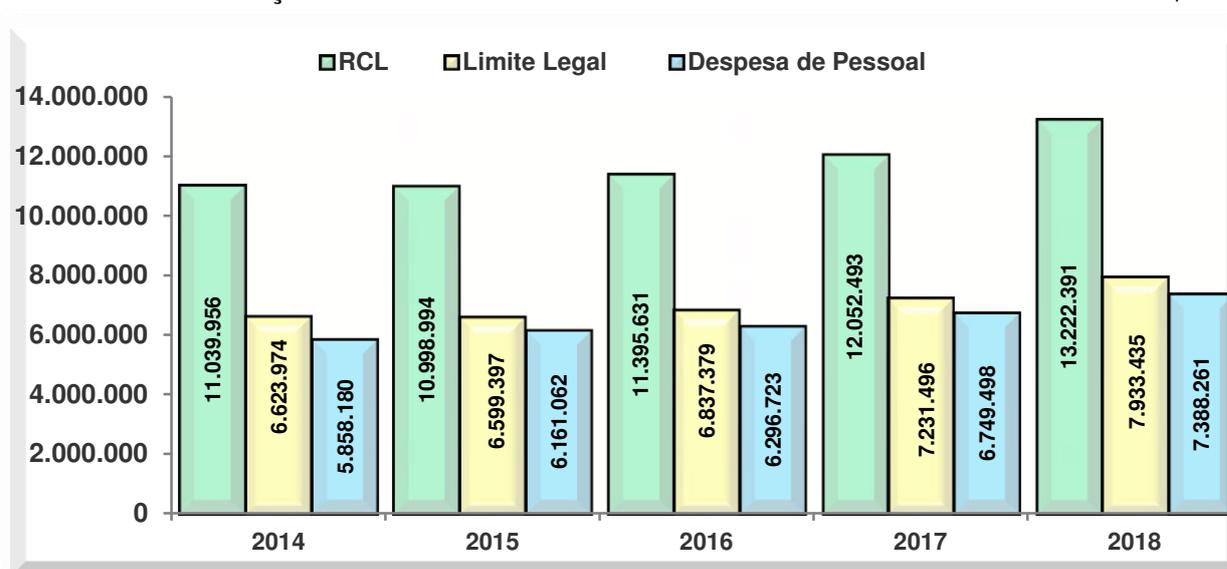
Demonstramos, na tabela 44 e gráfico 29, a evolução anual da relação dos Gastos com Pessoal x Receita Corrente Líquida – RCL, no período de 2014 a 2018, observa-se que o Estado se mantém dentro do limite da LRF, com aumento em relação a 2014 de 5,30%. Para as despesas de pessoal houve um aumento de 2014 a 2018 de 26,12%, ou seja, menor que a inflação do período que foi de 30,07% pelo IPCA.

Tabela 44
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2014 a 2018

ESPECIFICAÇÃO	2014	2015	2016	2017	2018
RCL	11.039.956	10.998.994	11.395.631	12.052.493	13.222.391
Despesa de Pessoal	5.858.180	6.161.062	6.296.723	6.749.498	7.388.261
Limite Legal (60% s/ RCL)	6.623.974	6.599.397	6.837.379	7.231.496	7.933.435
% Relação Pessoal/RCL	53,06	56,01	55,26	56,00	55,88

Fonte: Secretaria Executiva do Tesouro

Gráfico 29
Evolução Anual de Gastos com Pessoal x RCL – 2014 a 2018



7.2 Aplicação na Educação

Quanto à aplicação na educação, a Constituição Federal prevê em seu art. 212 que o “Estado aplicará anualmente 25%, no mínimo, das receitas resultantes de Impostos,

compreendida a proveniente de transferências, deduzidas as participações constitucionais e legais dos Municípios, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Em cumprimento a esta determinação legal e ao conceito ali existente, o Estado do Amazonas aplicou, no exercício de 2018, na manutenção e desenvolvimento do ensino, o valor de R\$ 2,628 bilhões, correspondente a 25,03% da receita de impostos e transferências, conforme definição constitucional.

Na tabela 45, demonstramos, sinteticamente, as receitas e o montante aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, com aplicação superior em 2 milhões do limite mínimo estabelecido legalmente.

Tabela 45
Demonstrativo de Aplicação na Educação (conforme Constituição Federal) **R\$ Mil**

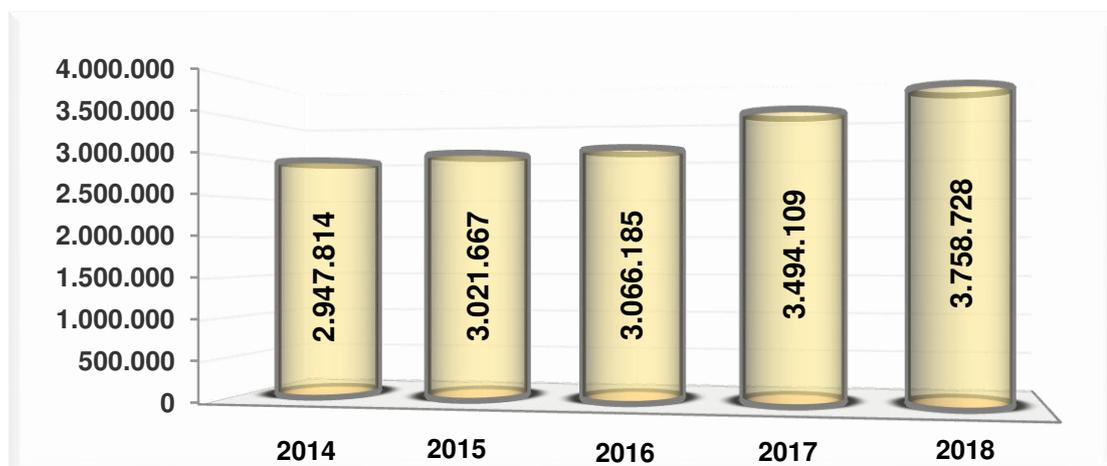
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
RECEITAS	
1. Receita de Impostos	10.334.307
2. Receita de Transferências Constitucionais e Legais	2.656.319
3. (-) Dedução de Transferências Constitucionais aos Municípios	2.489.059
4. TOTAL (1+2-3)	10.501.566
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (25% do 4)	25,00% 2.625.392
6. VALOR APLICADO	25,03% 2.628.039
7. DIFERENÇA (6-5)	0,03% 2.648

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

No entanto, se considerarmos a aplicação de todas as fontes da função educação, que totalizou R\$ 3,029 bilhões, acrescido do valor do FUNDEB redistribuído aos municípios de R\$ 730 milhões, teremos uma aplicação total de R\$ 3,759 bilhões.

Demonstramos, no gráfico 30, a evolução anual da aplicação na função educação, no período de 2014 a 2018, considerando o total da função Educação mais a redistribuição aos municípios do FUNDEB.

Gráfico 30
Evolução Anual de Aplicação na Função Educação 2014 a 2018 R\$ Mil



Nota: Considerando a redistribuição aos Municípios

Em 2018, as vinculações das receitas arrecadadas no Estado para o FUNDEB foram maiores que o retorno do fundo, sendo redistribuídos com os 62 Municípios do Amazonas, a diferença entre a contribuição e o retorno que foi de R\$ 730 milhões, ou seja, 37,32% do total vinculado, conforme demonstramos na tabela 46, por fonte.

Tabela 46
Demonstrativo das Receitas Vinculadas por Tributo-FUNDEB R\$ Mil

FONTE	REPASSE (A)	RATEIO (B)	PART. %	DIFERENÇA (A-B)	% DIF./REP.
ICMS E ACESSÓRIAS	1.391.443	822.610	67,10	568.834	40,88
IPVA E ACESSÓRIAS	32.693	29.095	2,37	3.598	11,01
ITCMD E ACESSÓRIAS	1.970	878	0,07	1.092	55,44
ITR	0	101	0,01	(101)	-
FPE	523.174	233.908	19,08	289.266	55,29
FPM	0	135.346	11,04	(135.346)	-
IPI	3.902	2.326	0,19	1.576	40,39
Lei Kandir	2.888	1.721	0,14	1.166	40,39
TOTAL	1.956.070	1.225.985	100,00	730.085	37,32

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

7.3 Aplicação na Saúde

De acordo com o Art. 77, inciso II e parágrafo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, os estados aplicarão anualmente, no mínimo, 12% do produto da arrecadação de impostos e transferências, nas ações e serviços públicos de saúde. Em 2018, o Estado do Amazonas, aplicou R\$ 2,069 bilhões, ou 19,70% excedendo em R\$ 809 milhões do mínimo estabelecido, conforme demonstramos, sinteticamente, na tabela 47.

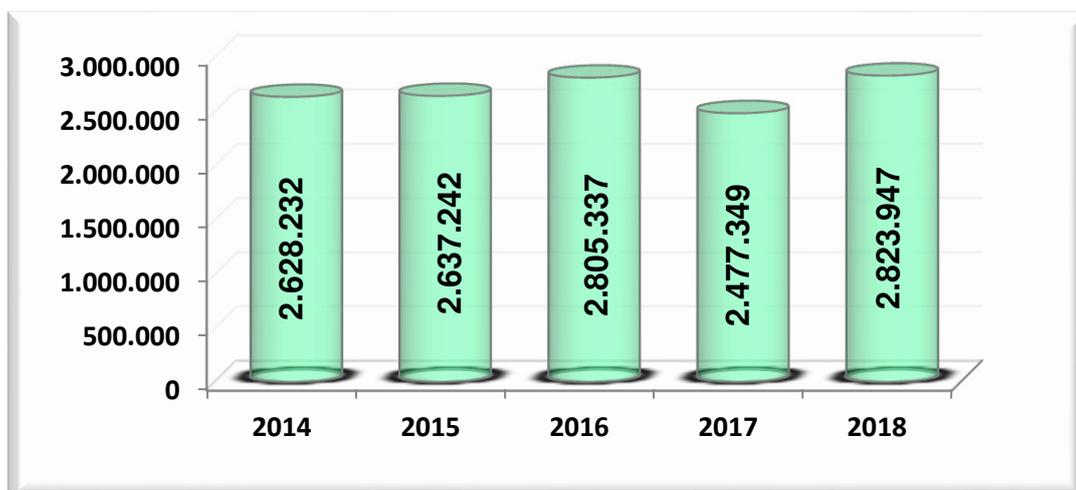
Tabela 47
Demonstrativo de Aplicação na Saúde (conforme Constituição Federal) R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO		VALOR
RECEITAS		
1. Receitas de Impostos		10.334.307
2. Transferências da União		2.656.317
3. (-) Dedução das Transferências Constitucionais e Legais		2.489.059
4. Total (1+2-3)		10.501.564
5. VALOR MÍNIMO A APLICAR (12% DO 4)	12,00%	1.260.188
6. TOTAL APLICADO	19,70%	2.069.227
7. DIFERENÇA (6-5)	7,70%	809.040

Fonte: Sistema de Administração Financeira - AFI

Se considerarmos o valor total da função Saúde em 2018, teremos que o Estado aplicou nas ações de saúde R\$ 2,823 bilhões, R\$ 755 milhões a mais que o valor aplicado, conforme conceito constitucional. No gráfico 31 demonstramos a evolução anual da aplicação na função saúde, pelo Estado, no período de 2014 a 2018.

Gráfico 31
Demonstrativo de Aplicação na Função Saúde- 2014 a 2018 R\$ Mil



7.4 Resultado Primário e Nominal

O resultado primário é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja positiva, tem-se um “superávit primário”; caso seja negativa, tem-se um déficit primário.

Já o resultado nominal é o conjunto das operações fiscais realizadas pela administração pública acrescentando ao resultado primário a conta de juros.

No quadro abaixo apresentamos o cumprimento das metas do resultado primário e nominal da LDO.

O resultado primário e nominal demonstrado na tabela 48 está conforme modelo da 7ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF e apurado pela metodologia acima da linha.

Tabela 48
Metas Fiscais x Resultados Primário e Nominal - 2018 R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	META	RESULTADO
Resultado Primário	(178.214)	372.579
Resultado Nominal	7.627	269.491

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal.

Na tabela 49 apresentamos o resultado primário, acima da linha, na nova metodologia, sendo as despesas primárias computadas pelos pagamentos do exercício e do exercício anterior. Nesta nova metodologia, o Estado obteve um resultado primário de R\$ 557milhões, conforme apresentado.

Tabela 49
Resultado Primário – 2 018

ESPECIFICAÇÃO	R\$ Mil		
	1º quadrimestre	2º quadrimestre	3º quadrimestre
Resultado Primário	982.812	1.158.517	557.559

Fonte: Relatório de Gestão Fiscal

7.5 Capacidade de Pagamento – CAPAG

A CAPAG determina que a classificação dos entes será definida a partir de indicadores de endividamento, poupança corrente e liquidez. O indicador de endividamento será calculado pela relação entre dívida consolidada bruta e receita corrente líquida. A poupança corrente busca verificar se o ente está poupando o suficiente para absorver um eventual crescimento das suas despesas correntes acima do aumento das receitas correntes. Por fim, o índice de liquidez verifica se o ente tem um volume de recursos em caixa suficiente para honrar as obrigações financeiras já contraídas. Os cálculos da CAPAG são disciplinados pela Portaria N^o 501, de 23 de novembro de 2017.

O indicador de endividamento e o de poupança corrente podem receber conceitos "A", "B" ou "C". Já o indicador de liquidez teria apenas as notas "A" ou "C". A combinação dos três indicadores resultará na nota do ente (sua CAPAG), que poderá ser "A", "B", "C" ou "D".

O ente que possuir CAPAG "A" ou "B" é elegível à contratação de garantias da União em seus financiamentos. Assim, um ente bem avaliado pelo Tesouro Nacional poderá acessar empréstimos com juros mais baixos, por contar com a União como seu garantidor. Na tabela 50 demonstramos o quadro dos indicadores da CAPAG.

Tabela 50
Capacidade de Pagamento - CAPAG

R\$ Mil

ÍNDICE LIQUIDEZ (a)/(b)	FÓRMULA	VALORES	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EM 2018
	Obrigações Financeiras (a)	190.612	0,79	A
	Disponibilidade de Caixa Bruta (b)	242.085		

POUPANÇA CORRENTE (DC/RC)	PESO	VALORES	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EM 2018
2016	0,2	92,15	18,43	B
2017	0,3	92,28	27,68	
2018	0,5	91,38	45,69	
TOTAL			91,80	

ENDIVIDAMENTO 2018	FÓRMULA	VALORES	TOTAL	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL EM 2018
	Dívida Consolidada Bruta	6.945.507	52,53%	A
	Receita Corrente Líquida	13.222.391		

CLASSIFICAÇÃO FINAL				B
---------------------	--	--	--	---

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo primordial deste relatório é o de subsidiar o processo de avaliação do desempenho das finanças públicas do Estado do Amazonas, através da demonstração dos resultados alcançados no exercício de 2018. Acreditamos que, dessa forma, estaremos contribuindo para uma gestão transparente e fidedigna das contas do Estado, que tem na Responsabilidade Fiscal uma de suas premissas básicas.

Diante da missão de subsidiar os nossos gestores por meio de informações confiáveis, ainda nos restam muitos objetivos a serem alcançados e melhorias a serem implementadas. Ressaltamos que, apesar de todas as dificuldades, nossa equipe técnica

tem sido incansável na busca por um constante aprimoramento das informações prestadas.

Dentre os esforços já realizados, podemos citar a convergência do Sistema AFI às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público que tornou possível gerar os Balanços dos órgãos e o consolidado do Estado, a operacionalização das contas do SUS e do Tesouro evitando, via sistema, transferências bancárias entre os órgãos, as melhorias no portal da transparência fiscal, além das constantes melhorias que auxiliam os Gestores e ao próprio Governo no registro dos atos e fatos da administração. Isso tem resultado na maior publicidade das informações por meio do Portal da Transparência do Governo do Amazonas.

Nossos agradecimentos, primeiramente a Deus, pelo dom da vida, pela saúde e pela oportunidade de realização deste trabalho. Agradecemos também ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário da Fazenda, pelo apoio e confiança dispensados a nossa equipe. Nosso agradecimento ainda ao Dr. Alfredo Paes, titular da Secretaria da Fazenda no ano de 2018, pelo apoio imprescindível na busca de soluções para as dificuldades surgidas no dia a dia.

A toda equipe da Secretaria do Tesouro a nossa gratidão pelo empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados no cumprimento de nossa missão. Agradecemos, de forma especial, ao Departamento de Contabilidade Pública, a Gerência de Contabilidade, Gerência de Normas e Procedimentos Contábeis, ao Centro de Estudos de Finanças Públicas e a Equipe de Tecnologia da Informação do AFI que, com muita competência, atuaram de forma direta na elaboração do Balanço Geral do Estado. Agradecemos, ainda, ao Departamento de Tecnologia da Informação-DETIN, aos demais setores da SEFAZ, a Imprensa Oficial que atua com muito zelo na publicação do balanço e aos diversos órgãos da administração direta e indireta pela colaboração dispensada ao longo do exercício de 2018.

Agradecimento fraterno à Comissão Permanente das Contas do Governo do Tribunal de Contas do Estado e à Controladoria Geral do Estado pela parceria na busca de soluções técnicas, objetivando a transparência nos registros dos atos e fatos contábeis.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para cumprimento do dever de tornar público o Balanço Geral do Estado: muito obrigado.

Manaus, 29 de março de 2018.


Alessandro Ribeiro
Secretário Executivo do Tesouro


Maria da Conceição Guerreiro da Silva
Diretora do Departamento de Contabilidade
CRC N° 07984/AM